

**ANALISE DO DESEMPENHO ECONOMICO, FINANCEIRO E
SOCIAL DA COOPERATIVA AGROPECUARIA
MISTA DE VIÇOSA Ltda (CAMIV)**

Germano de Paula



A-20424
C397334
FC0000 5357-7



DISSERTAÇÃO SUBMETIDA A COORDENAÇÃO DO CURSO
DE POS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL, COMO
REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

UFC/BU/BEA 02/03/1998



R744908 Analise do desempenho economico;
C397334 finance
T334

D32a

FORTALEZA-CEARA

1994

Dedico

Ao meu pai, José de Paula;
Aos meus irmãos e familiares, pelos incentivos;

Em especial,
A Iraci de Paula, Carlos Antônio de Paula e Divino
de Paula, exemplos de irmandade, amizade, apoio e
de perseverança a toda prova.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos Rogério de Freitas e Edson Vander Jorge, símbolos de companheirismo, paciência e dedicação em todas as etapas desta pesquisa.

Ao professor Teobaldo Campos Mesquita, pela imprescindível ajuda e sugestões em todos os momentos deste trabalho.

Aos professores Ahmad Saeed Khan, Rogério César Pereira de Araújo, José Ribamar Furtado de Sousa e Lúcia Maria Ramos Silva, pelas sugestões apresentadas.

A Universidade Federal do Ceará, em particular, ao Departamento de Economia Agrícola (DEA), pela oportunidade e ensinamentos transmitidos.

Aos colegas de mestrado, em especial, a Hélio da Silveira Júnior, pelo companheirismo e espírito altruísta em todos os momentos de convivência.

A Cooperativa Agropecuária Mista de Viçosa (CAMIV), nas pessoas de Antônio Carlos de Oliveira e de Manoel de Paula Costa, pelas informações prestadas e esforços ilimitados.

Aos venerandos produtores associados à CAMIV, pela amistosa receptividade e razão de ser deste trabalho.

Aos funcionários do DEA, pelo apoio durante todo o período do Curso.

A Dermivan Nogueira de Souza, pela paciência e valiosos serviços prestados durante grande parte desta dissertação.

A CAPES, que me concedeu os recursos financeiros para a realização do curso.

Ao Henrique Cruz Filho, pela receptividade, sugestões e material fornecido à realização desta pesquisa.

A FACIMAR/UNIOESTE, pelo acolhimento e incentivos na etapa derradeira deste trabalho.

A Clotilde Coelho Magno, Mardônio, Ahmad Saeed Khan, Lourival Neto, Dona Nora, Dona Antonina, Roberto Bertoline e Daniel Scatena pela acolhida em seus lares em muitos momentos.

A José Antônio de Freitas, Raimundo de Paula, Dilsa Araújo, Lourdes Ramos, Gerson Henrique da Silva, Carmem Ozana de Melo, Rita Golveia, Paulo Giovani Toledo, Valéria Batista Toledo, Luis Carlos de Souza, Rita de Cássia da Silva, José Edson, José Rezende e José Benigno, sinôminos de amizade e estímulos enviados durante todos os momentos e, principalmente, durante minha permanência em terras estranhas.

A Maria Verúcia Reis, Ricardo Farias, Tereza e Diana Medina, Afro Félix, Irlaine Santos Melo, Sérgio Igor, João Bosco e Eduardo Freire, pela amizade e companheirismo cativado em terras cearenses.

A Tereza Almeida Lopes, pela oportunidade de conhecê-la e por tudo que representa para mim.

Aos professores, alunos e funcionários da FACIMAR, pela receptividade e contatos do dia-a-dia.

Finalmente, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para realização do curso e deste trabalho.

SUMARIO

	Página
<u>LISTA DE TABELAS</u>	ix
<u>LISTA DE QUADROS</u>	xii
<u>LISTA DE TABELAS DO APENDICE</u>	xiii
<u>RESUMO</u>	xiv
1 - <u>INTRODUÇÃO</u>	1
1.1 - <u>O Problema e sua Importância</u>	1
2 - <u>OBJETIVOS</u>	6
2.1 - <u>Objetivo Geral</u>	6
2.2 - <u>Objetivos Específicos</u>	6
3 - <u>REFERENCIAL TEORICO</u>	7
3.1 - <u>Panorama Geral do Cooperativismo</u>	7
3.1.1 - A Doutrina cooperativista	9
3.1.2 - Os Princípios dos "pioneiros de Rochdale" .	9
3.1.3 - Cooperativismo no Brasil	11
3.1.4 - O Estado e o cooperativismo brasileiro	12
3.2 - <u>Avaliação Econômica, Financeira e Políti-</u> <u>ca-Social da Empresa Cooperativa</u>	19
3.2.1 - A Avaliação da eficiência empresarial da empresa cooperativa	22
3.2.1.1 - Problemas de eficiência empresarial mais comuns na empresa cooperativa	25
3.2.1.2 - Problemas de natureza político-social da empresa cooperativa	25
4 - <u>A COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA DE VIÇOSA</u> <u>LTDA (CAMIV)</u>	28
4.1 - <u>Aspectos Gerais</u>	28

	Página
4.2 - <u>Participação dos Associados nas Assembléias</u> .	30
4.3 - <u>Registros e Controles Internos</u>	31
4.4 - <u>Administração</u>	32
4.5 - <u>Estrutura Organizacional</u>	33
4.6 - <u>Setores e Departamento da CAMIV</u>	35
4.6.1 - Setor de leite	35
4.6.2 - Setor de armazém	35
4.6.3 - Departamento de café	36
5 - <u>METODOLOGIA</u>	38
5.1 - <u>Area de Estudo</u>	38
5.2 - <u>Amostra</u>	38
5.3 - <u>Fontes dos Dados</u>	40
5.4 - <u>Instrumental Analítico</u>	41
5.4.1 - Avaliação do valor do patrimônio dos produtores de leite	41
5.4.2 - Avaliação dos efeitos da criação do departamento de café	42
5.4.3 - Avaliação do desempenho econômico, financeiro e político-social da empresa cooperativa	47
5.4.3.1 - Indicadores de eficiência econômica	48
5.4.3.2 - Indicadores de eficiência financeira	51
5.4.3.3 - Indicadores de eficiência político-sociais	55
5.4.4 - Efeitos dos incentivos oficiais recebidos pela CAMIV	56
6 - <u>RESULTADOS E DISCUSSOES</u>	58
6.1 - <u>Avaliação do Patrimônio dos Produtores de Leite da CAMIV por Estratos</u>	58
6.1.1 - Estrato I	58
6.1.2 - Estrato II	61
6.1.3 - Estrato III	63
6.2 - <u>Efeitos da Criação do Departamento de Café</u> ..	65

	Página
6.2.1 - Efeitos sobre a taxa de evasão dos produtores de leite no período de safra e entressafra: 1986/92	66
6.2.2 - Efeitos sobre a renda líquida da CAMIV	71
6.2.3 - Efeitos sobre de indicadores de eficiência da cooperativa	75
6.3 - <u>Efeitos de Empréstimos Recebidos de Órgãos Oficiais</u>	83
6.3.1 - Alocação dos recursos oficiais recebidos ..	83
6.3.2 - Mudanças ocorridas nos indicadores de eficiência econômica, financeira e político-social: 1969/1992	86
7 - <u>CONCLUSÕES E SUGESTÕES</u>	94
7.1 - <u>Conclusões</u>	94
7.2 - <u>Sugestões</u>	96
8 - <u>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</u>	98
<u>APÊNDICES</u>	103

LISTA DE TABELAS

TABELA		Página
01	Participação das Cooperativas no recebimento da produção, no Brasil - 1986 (Porcentagem)	3
02	Evolução do Quadro Social da CAMIV	29
03	Percentual de Participação dos associados da CAMIV nas assembleias ordinárias e extraordinárias: 1969 a 1992	30
04	Funções existentes e total de pessoal ocupado na CAMIV - 1992	34
05	Produção de café comercializada via CAMIV, em termos absolutos e relativos, por município - 1989/1992	37
06	Amostra de produtores de leite associados à CAMIV calculada por estrato de produção de leite diária	49
07	Valor do patrimônio total dos produtores de leite antes e depois de se associarem à CAMIV: Estrato I: preços constantes dez/92	59
08	Opiniões dos produtores de leite do Estrato I sobre a atividade leiteira	60

TABELA

Página

09	Valor do patrimônio total dos produtores de leite antes e depois de se associarem à CAMIV: Estrato II: preços constantes dez/92	61
10	Opiniões dos produtores de leite do Estrato II sobre a atividade leiteira -	62
11	Valor do patrimônio total dos produtores de leite antes e depois de se associarem à CAMIV: Estrato III - preços constantes - dez/92	63
12	Opiniões dos produtores de leite do Estrato III sobre a atividade leiteira -	64
13	Produtores evadidos (total e percentagem), antes da criação do Departamento de Café: 1986/1988	66
14	Produtores evadidos (em valores absolutos e relativos), depois da criação do Departamento de Café: 1990/92	67
15	Percentagem anual de produtores de leite evadidos da CAMIV por linha de leite: 1986/92	69
16	Valor da Renda Líquida (RL) da CAMIV (setor de leite e Departamento de Café) e saldos: 1986/92	72

TABELA

Página

17	Distribuição Anual da Renda Líquida (RL) da CAMIV por Setores e Departamento: 1986/92	74
18	Indicadores de avaliação da eficiência econômica da CAMIV, antes e depois da implantação do Departamento de Café: 1986/88 e 1990/92	75
19	Indicadores de avaliação da eficiência financeira da CAMIV, antes e depois da implantação do Departamento de Café: 1986/88 e 1990/1992	78
20	Indicadores de avaliação da eficiência político-social da CAMIV, antes e depois da implantação do Departamento de Café: 1986/1988 e 1990/1992	81
21	Distribuição dos empréstimos recebidos pela CAMIV de órgãos oficiais de 1969/92 - preços constantes dez/1992	84
22	Valor dos recursos recebidos pela CAMIV, por fonte financiadora e por finalidade - preços constantes de dez/1992	85
23	Indicadores de avaliação da eficiência político-social da CAMIV: 1969 a 1992	87
24	Indicadores de eficiência econômica da CAMIV: 1969 a 1992	89
25	Indicadores de eficiência financeira da CAMIV: 1969 a 1992	91

LISTA DE QUADROS

QUADRO		Página
1	Situação interna dos registros e controles da CAMIV	31

LISTA DE TABELAS DO APENDICE

TABELA		Página
26	Principais Produtos Comercializados pelos Associados da CAMIV (amostra dos estratos I, II e III): 1992	104
27	Preço real do litro de leite C (recebido pelos produtores) base dezembro de 1992 - IGP-DI	105
28	Valor da Receita Bruta (RB), Despesas Totais (DT) e Receita Líquida (RL) ou Sobras Líquidas (SL) da Comercialização de Leite e Café pela CAMIV: 1986/92	106
29	Distribuição do valor absoluto e relativo do faturamento bruto (receita bruta) por setores e departamento da CAMIV: 1986/92 ..	107

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar alguns fatores que têm afetado o desempenho econômico, financeiro e social da CAMIV como cooperativa de comercialização de leite e café da região de Viçosa.

Os dados foram obtidos dos registros contábeis e dos setores da cooperativa, bem como de pesquisa direta com os produtores de leite associados, e tiveram como referencial, no último caso, o ano de 1992.

A avaliação dos resultados baseou-se em estatísticas descritivas bem como em análises tabulares simples.

Observou-se que os produtores dos estratos I e II apresentaram alterações negativas em parte dos seus valores patrimoniais ligados à atividade leiteira, enquanto para os produtores do estrato III, tais alterações foram positivas após se filiarem à CAMIV.

A evasão dos produtores de leite associados à Cooperativa no período de entressafra aumentou, principalmente nos anos de 1989 a 1992, após a criação do Departamento de Café, em agosto de 1989. Esse departamento serviu para aumentar as receitas líquidas ou sobras líquidas da Cooperativa, mas não causou as mudanças econômicas e financeiras esperadas.

Os recursos recebidos pela CAMIV de instituições e órgãos federais e estaduais de fomento ao cooperativismo, principalmente na década de 70, proporcionaram um melhor desempenho dos indicadores econômicos, financeiros e político-sociais da Cooperativa, em comparação com os mesmos resultados apresentados na década de 80 e parte dos anos 90.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O Problema e sua Importância

As tentativas de concretizar os ideais cooperativistas no Brasil, com base nos princípios dos Pioneiros de Rochdale - adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retornos proporcionais às operações com as cooperativas - mostraram-se um tanto frustrantes na maioria das tentativas, apesar dos esforços dos seus precursores.

A manifestação mais concreta das idéias cooperativistas surgiram, no Brasil, por volta de 1930, sob a égide do Estado, quando ainda prevalecia a economia agrário-exportadora. Sendo assim, o movimento cooperativo brasileiro prosperou sob a tutela do Estado e assim, sob sua retaguarda, tem sobrevivido (RIOS, 1987).

O cooperativismo não tem servido de instrumento para promover o desenvolvimento de grandes segmentos de pequenos produtores (KAUSTSKY, apud FLEURY, 1983) mas, segundo MARQUES (1983), a partir de 1932, os poderes públicos federal e estaduais passaram a adotar uma política de estímulo ao cooperativismo como solução de problemas mais aguçados. Criaram-se órgãos oficiais de propaganda da doutrina e de assistência às cooperativas, mecanismos pretensamente protetores, e um sistema de fiscalização e controle.

Os objetivos almejados pelos indivíduos que se organizam para a criação de uma cooperativa agropecuária ou de outra natureza, estimulados ou não pelo Estado, centralizam-se na necessidade de bons serviços de assistência técnica, eliminação dos intermediários, comercialização mais eficiente de seus produtos, obtenção de crédito de maneira mais democrática e menos burocrática e fornecimento

de insumos modernos, máquinas e equipamentos agrícolas a preços mais vantajosos que os de mercado.

Na verdade, a prática tem demonstrado que há presença de grandes monopólios e oligopólios na economia brasileira, principalmente no setor de leite e na produção de outros produtos mais nobres como a soja, laranja e trigo (MANTEGA, 1987). Com isso, grande parte dos princípios cooperativistas não tem sido seguida pela maioria das cooperativas brasileiras, dominadas por médios e grandes produtores que, uma vez instalados nas mesmas, passam a impor seus interesses, em detrimento dos segmentos menos capitalizados, como os pequenos produtores (FLEURY, 1983; LOUREIRO, 1981; KAUSTSKY, 1972).

A maioria das cooperativas agropecuárias brasileiras está localizada em regiões que apresentam uma agricultura mais moderna e que geram maiores excedentes exportáveis. Assim, produtos tais como café, cana-de-açúcar, soja e trigo são produzidos nas regiões Sul e Sudeste do país, e os agricultores dessas áreas utilizam as cooperativas para realizar tanto a produção quanto a comercialização dos produtos (TABELA 1). Verifica-se também nesta tabela que é grande a contribuição das cooperativas na comercialização de produtos como o leite e o café. A participação das cooperativas na comercialização desses produtos alcança níveis bem elevados em quase todas as regiões do país, chegando a 37,0% no Nordeste, 61,0% no Sudeste, 58,0% no Sul e 28,0% no Centro-Oeste, no caso da comercialização do leite; já na comercialização do café, os destaques ficam para a região Sudeste, onde as cooperativas comercializam 48,4% da produção, e para a região Sul, com 27,1%, assumindo menor expressão na região Nordeste, com 2,5% comercializados via cooperativa.

Porém, fica explícito que os produtores de alimentos básicos, como arroz, feijão e milho, utilizam muito pouco as cooperativas como agente de comercialização de suas produções. Somente na região Sul é que as cooperativas comercializam maiores proporções desses produtos, atingindo 35,1% para o arroz, 38,4% para o feijão e 22,6% para

TABELA 1 - Participação das cooperativas no recebimento da produção, no Brasil - 1986.

Produto	Norte %	Nordeste %	Sudeste %	Sul %	Centro- Oeste %	Brasil %
Algodão	1,3	10,4	16,0	56,8	23,8	28,9
Arroz	1,3	1,1	2,8	35,1	13,1	16,1
Cacau	6,8	9,6	-	-	-	9,0
Café	-	2,5	48,4	27,1	-	38,2
Cana	-	1,6	0,9	24,7	13,8	3,1
Cevada	-	-	-	55,3	-	55,3
Feijão	0,2	0,2	0,3	38,4	0,4	8,1
Leite	-	37,0	61,0	58,0	28,0	54,0
Milho	0,2	3,0	9,9	22,6	8,5	13,7
Soja	-	16,9	32,9	69,9	11,1	42,1
Trigo	-	-	69,7	89,2	10,0	81,6

FONTE: Panorama Brasileiro de Cooperativismo OCB/SENACOOB - 1986.

o milho; nas outras regiões, é quase inexpressiva a participação das cooperativas nessa atividade. De maneira geral, fica evidenciado pela Tabela 1 que são as culturas ditas nobres as que mais são comercializados através das cooperativas, e tais culturas são produzidas na sua maioria por grandes produtores (MANTEGA, 1987).

O que tem acontecido no Brasil é que a presença de órgãos oficiais nas cooperativas (em níveis federal, estadual e municipal) acaba prejudicando o desempenho econômico, financeiro e social das mesmas, ou seja, nelas ocorrem empreguismo, benefícios políticos e outras influências dos grandes produtores, o que relega a maioria dos pequenos produtores a um segundo plano (FLEURY, 1983). Por outro lado, a ausência de uma educação cooperativista,

dificuldades de obtenção de crédito e a fraca ou quase ausente assistência técnica, dentre outros problemas, são fatores que tornam muitas das cooperativas agropecuárias brasileiras bastante ineficientes do ponto de vista administrativo, além de inviáveis economicamente (GAL, 1981).

No sentido de contribuir para a análise do cooperativismo no Brasil, este trabalho se propõe a realizar um estudo de caso, tendo como objeto de análise a Cooperativa Agropecuária Mista de Viçosa (CAMIV), que representa mais especificamente a situação das cooperativas de pequenos e médios produtores em regiões pouco desenvolvidas, como é o caso da Zona da Mata de Minas Gerais, onde a mesma se localiza. A CAMIV foi criada a fim de comercializar os produtos agropecuários de destaque da região de Viçosa¹, ou seja, o café e o leite. Entretanto, como ocorre com a maioria das cooperativas agropecuárias brasileiras, a CAMIV se defronta com problemas que vão desde o fraco ou inexistente poder de barganha na negociação da produção de seus associados (até há poucos anos centralizada na produção leiteira), dificuldades nos canais de comercialização, instabilidade de preços dos produtos recebidos dos associados (leite e café), política de intervenção no preço do leite por parte do governo federal, até ausência quase completa de crédito, principalmente depois da década de 70. Em consequência, observa-se uma acentuada evasão de associados que, à procura de melhores preços para o seu produto (leite), deixam a Cooperativa, de forma mais acentuada no período de entressafra do leite (abril a setembro). Nesse período, os produtores passam a entregar sua produção, ou grande parte dela, aos laticinistas instalados na região, aos pequenos fabricantes de queijos localizados nas zonas rurais ou até mesmo de casa em casa, nas cidades de origem. Estes fatos, por sua vez, agravam a situação econômica e financeira da cooperativa, comprometendo ainda mais a sua capacidade de

¹ Assim denominada pelo IBGE; de acordo com a divisão das microrregiões (MR) de Minas Gerais, a região de Viçosa é a MR 192, com cerca de 22 municípios.

prestar bons serviços aos associados e dificultando o fortalecimento da mesma perante os concorrentes ou intermediários.

Algumas tentativas foram feitas no sentido de melhorar o desempenho da CAMIV, procurando evitar o alto grau de evasão de produtores de leite no período de entressafra. Assim, em agosto de 1989, criou-se o Departamento de Café, com vistas a comercializar a produção cafeeira dos associados e de outros produtores da área de ação da Cooperativa, no intuito de, além de diversificar a atividade da mesma reduzindo sua dependência da produção de leite, empreender a venda de um dos produtos de destaque da região de Viçosa. Entretanto, não se estudou ainda, de forma mais sistemática, o efeito dessa estratégia sobre o desempenho econômico, financeiro e social da CAMIV, assim como não se avaliou também o impacto da suspensão dos incentivos financeiros oficiais sobre a situação patrimonial da mesma, entendendo-se que esta situação patrimonial reflete, de alguma forma, a capacidade da Cooperativa de cumprir seus objetivos. Por outro lado, é necessário que se conheça o impacto da própria Cooperativa sobre a situação patrimonial dos associados, principalmente daqueles ligados à atividade leiteira, tendo em vista detectar possíveis causas do absentismo verificado, de maneira mais acentuada, no período de entressafra de leite.

Espera-se que, uma vez detectadas as causas que emperram o melhor desempenho da referida cooperativa como agente de comercialização, seja possível encontrar alternativas que, além de tentar solucionar as dificuldades dos produtores associados, sirvam para outras cooperativas brasileiras com características e problemas semelhantes.

2 - OBJETIVOS

2.1 - Objetivo Geral

Analisar alguns fatores que têm afetado o desempenho econômico, financeiro e social da CAMIV como cooperativa responsável pela comercialização da produção leiteira e cafeeira da região de Viçosa, e as consequências de tais fatores para a própria cooperativa e seus associados.

2.2 - Objetivos Específicos

- a) Avaliar o impacto da comercialização de leite, através da CAMIV, sobre o patrimônio vinculado diretamente à atividade leiteira dos associados que entregam sua produção a esta Cooperativa, desde a fundação até 1992.
- b) Verificar se a criação do "Departamento de Café" (DC) pela CAMIV serviu para diminuir a evasão de associados, principalmente no período de entressafra do leite.
- c) Verificar se a criação do "Departamento de Café" conseguiu melhorar o desempenho econômico, financeiro e social da CAMIV.
- d) Investigar se as políticas de incentivos oficiais voltados para as cooperativas agropecuárias brasileiras, na década de 70, tiveram repercussão sobre o desempenho econômico, financeiro e político-social da CAMIV nesse período.

3 - REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Panorama Geral do Cooperativismo

O cooperativismo surgiu em meados do século passado, depois de os países europeus, principalmente aqueles que se lançaram num ritmo mais acelerado na chamada Revolução Industrial, terem alcançado um alto grau de mudanças econômicas, políticas e sociais. Em países como Inglaterra, França, Holanda, Bélgica e Alemanha, as sociedades se sentiram frustradas, pelo menos a classe trabalhadora e os camponeses, com os sofrimentos advindos depois da prática ao extremo do liberalismo econômico.

O modelo clássico de organização cooperativista que se tem no mundo é representado pelos artesãos de Rochdale, cujos princípios nortearam a base da doutrina cooperativista. Tais pioneiros, desempregados após o auge do capitalismo liberal inglês, resolveram criar uma associação para produzirem conjuntamente, fundamentada em princípios que diferiam dos vigentes nas empresas Capitalistas até então.

Na Europa Ocidental, devido à fragmentação da propriedade rural e à estrutura agrícola, países como França, Alemanha, Holanda, Bélgica, Suécia e Dinamarca, dentre outros, lançaram mão do cooperativismo, vendo neste instrumento a solução ideal para resolverem o problema da baixa produtividade dos seus pequenos produtores (PINHO, 1966).

Observa-se que, tendo surgido na Inglaterra em 1844, o ideal cooperativista passou a ser adotado não somente no ambiente urbano, onde surgiu com o exemplo clássico dos "Pioneiros de Rochdale", mas também foi encampado por agricultores de vários países, que viram nessa doutrina uma saída para as suas dificuldades, principalmente aquelas de comercialização da produção, acesso a crédito,

barreiras de intermediação e possibilidade de venda a preços mais baixos.

Entre os países europeus, a Dinamarca teve um cooperativismo que nasceu naturalmente, e quase a totalidade da produção agropecuária daquele país é oriunda das cooperativas. O sucesso do cooperativismo na Dinamarca pode ser atribuído ao espírito de solidariedade dos agricultores e à intensa ação educativa desenvolvida pelas cooperativas.

De acordo com PINHO (1966), 65% dos agricultores da Suécia pertencem a cooperativas; na França, 82% da produção de trigo, 40% do leite, 60% das oleaginosas e 50% dos adubos passam por cooperativas de produtores. Segundo a mesma pesquisadora, nos Estados Unidos e no Canadá observa-se a integração entre as cooperativas agropecuárias e as cooperativas de produção industrial que se encarregam de transformar certos produtos agrícolas. Como exemplo, a autora cita as indústrias cooperativas de laticínios e as de conservas de carnes ou de frutas, dentre outras.

Os países subdesenvolvidos apresentam um movimento cooperativo incipiente e relativamente recente, de modo que há grande desconhecimento da doutrina e dos princípios que devem nortear a prática do cooperativismo. Em tais países, há predomínio de semi-cooperativas, ou seja, aquelas onde os produtores se juntam somente para comprar instrumentos de produção, obter crédito e comprar insumos, e não participam em conjunto de todo o processo produtivo. São, pois, pequenos e médios produtores que representam uma pequena parte da população rural desses países, se comparados a outros países como os escandinavos.

Na América Latina, pela existência de um setor de subsistência e outro dedicado ao mercado externo, pela concentração de renda, uso de técnicas rudimentares etc, as cooperativas têm sido introduzidas principalmente pelos governos e, em alguns países, por grupos de imigrantes (exemplos da Argentina e do Brasil). No entanto, países como a Bolívia, Colômbia, Chile, México e Cuba organizaram cooperativas a fim de efetuar a reforma agrária.

Estudos feitos por PINHO (1966) afirmam que, afora Argentina, Brasil e alguns poucos países onde o go-

verno está vivamente empenhado na difusão do cooperativismo, sobretudo a fim de efetuar a reforma agrária, o movimento cooperativo latino-americano é ainda bem incipiente. Isso porque, segundo a mesma autora, a maioria da população rural desconhece não só a doutrina cooperativista e a sua prática, mas também suas grandes possibilidades na superação dos níveis inferiores de produção em que se encontram.

3.1.1 - A Doutrina cooperativista

O método cooperativo se baseia na ação conjunta, no trabalho coletivo de indivíduos associados livremente para por em marcha a obtenção de melhores condições econômicas, sociais, morais e civis, que decidiram unir suas forças para prestar, reciprocamente, uma série de serviços, porém sem perspectiva de lucro.

O movimento cooperativo está apoiado numa filosofia nova, ou seja, seu propósito é fazer vingar uma transformação pacífica, porém radical, das condições econômicas e sociais criadas pelo lucro desordenado dos capitalistas, onde prevalece a exploração do homem, por um serviço ao associado e pela ajuda mútua.

3.1.2 - Os Princípios dos "Pioneiros de Rochdale"

Reunida em Paris em 1937, a Aliança Cooperativa Internacional resumiu os princípios da doutrina cooperativista nos seguintes pontos:

- ADESAO LIVRE, também conhecido como "princípio da porta aberta", segundo o qual toda pessoa pode ingressar numa cooperativa ou dela sair voluntariamente, sem nenhuma restrição ou coerção;

- GESTÃO DEMOCRÁTICA, ou administração realizada pelos próprios associados, através de representantes eleitos em assembleias gerais nas quais cada associado tem direito a apenas um voto, independentemente do número de suas quotas-partes;
- JUROS MÓDICOS AO CAPITAL, ou remuneração limitada a esse fator de produção. Esta é a característica fundamental das sociedades mercantis ou anônimas em geral;
- RETORNO PROPORCIONAL AS OPERAÇÕES, ou distribuições das sobras líquidas aos associados proporcional às compras efetuadas nas cooperativas de produção;
- TRANSAÇÃO A DINHEIRO ou vendas a vista;
- NEUTRALIDADE POLÍTICA E RELIGIOSA, ou alheamento a todo sectarismo político;
- DESENVOLVIMENTO DO ENSINO em todos os seus graus, principalmente o que completa o caráter democrático da cooperativa, pois visa a tornar o associado mais apto e, conseqüentemente, membro ativo da cooperativa. Neste sentido, a cooperativa promove conferências e debates para os associados e organiza cursos para estes, e suas famílias.

A Aliança Cooperativa Internacional determinou como fundamentais os quatro primeiros princípios, e os três restantes como regras práticas de ação. Por outro lado, de acordo com a Aliança, se consideram cooperativas aquelas sociedades que cumprem pelo menos os quatro primeiros princípios.

Na prática, alguns desses princípios são abandonados ou se acomodam ao meio como consequência da difusão de cooperativas em países de diferentes estruturas econômicas e políticas. Apesar disso, permanece válido o conceito de cooperativa como sociedade democrática de pessoas, organizada em bases rochdaleanas, tendo em vista fins econômico-sociais (PINHO, 1966).

3.1.3 - Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo brasileiro, até chegar ao estágio atual, passou por vários momentos, ora aparecendo da iniciativa de pioneiros imigrantes europeus (KLOES, 1983), ora tomado pela iniciativa estatal que o apoiou e apoia até hoje (PINHO, 1966). Assim, este cooperativismo que se adequou às circunstâncias da economia brasileira hoje sobrevive a mercê das inúmeras críticas a ele lançadas, mas também se resguarda sob a proteção dos apologistas que sempre viram na sua doutrina uma fonte de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Dentro deste antagonismo, procura-se retratar tal movimento desde a sua gênese até a situação atual, a fim de poder entendê-lo dentro do contexto da economia brasileira.

Desde o período colonial e até o século XX, o quadro geral do abastecimento alimentar no Brasil jamais se mostrou tranquilizador, tanto no que diz respeito à produção agropecuária, relegada a um segundo plano por causa da hegemonia do mercado exportador, quanto no que se relaciona à comercialização e distribuição dos alimentos nos centros urbanos.

Dentro do movimento cooperativista nacional, nesse período, já se destacavam pessoas como José da Silva Lisboa, o "Visconde de Cairu", que difundia conceitos sobre cooperação e associativismo, sendo considerado um dos precursores do cooperativismo no Brasil. Em se tratando de co-

operativistas propriamente ditos, destacaram-se, antes de 1932, o jesuita Teodoro Amstadt, no Rio Grande do Sul; Plácido de Melo, no Rio de Janeiro; João Pinheiro, estadista mineiro que conseguiu, a partir de 1907, reunir em cooperativas plantadores de café, arroz, milho, algodão, além de vitivinicultores e laticinistas em seu estado natal. No Nordeste, cabe ressaltar a fundação da primeira cooperativa de consumo de Camaragibe, Pernambuco, numa indústria de tecidos do seu fundador, Carlos Alberto Menezes (KLOES, 1983).

No Brasil, as primeiras cooperativas que surgiram foram de consumo: primeiramente apareceu, em 1891, a Associação dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira, em São Paulo; em 1894, a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro; em 1902, a Cooperativa de Crédito e a Cooperativa Agropecuária, no Rio Grande do Sul, sendo ambas as primeiras em suas modalidades no país (KLOES, 1983).

Há de se ressaltar que a atuação do Estado foi imprescindível para a expansão do cooperativismo no Brasil, explicando a importância que o movimento tem hoje em dia (PINHO, 1966).

3.1.4 - O Estado e o cooperativismo brasileiro

Defendido como sendo o principal agente capaz de mudar a situação do setor agrícola do Brasil, o Estado, a partir da década de 30, procurou assumir claramente o papel de difusor do cooperativismo, acreditando-se que a partir do mesmo, e com o estímulo estatal, poder-se-ia tirar milhões de agricultores do seu atraso (PINHO, 1966).

Neste item, objetiva-se dar uma visão de como o Estado, via políticas de desenvolvimento, poderia desenvolver e modernizar o setor agrícola e mostrar que este procurou na doutrina cooperativista as bases que seriam imprescindíveis para tirar a agricultura brasileira da inércia secular a que estava sujeita até então, principalmente

aqueles segmentos de produtores cuja inserção na economia de mercado ainda não se realizara a contento.

a) O cooperativismo como agente do desenvolvimento

De acordo com SCHNEIDER, apud LOUREIRO (1981), o cooperativismo brasileiro, para ser caracterizado como agente propulsor do desenvolvimento rural, deve passar a atuar nos pontos que realmente estrangulam o desenvolvimento do país, principalmente o problema da distribuição de terras, a fim de que possa causar mudanças estruturais mais profundas. Se não o fizer, afirma o referido autor, continuará a ser um sistema marginal que não abordará os reais interesses de enorme parcela da população brasileira do meio rural.

Ao estudar o movimento cooperativo brasileiro, REGO (1984) acha que o mesmo deve ser a base e o instrumento do desenvolvimento agroindustrial e de interiorização deste, sendo também o meio mais adequado de participação de um maior número de pessoas nas empresas cooperativas, de modo que estas não sejam puramente familiares ou de pequenos grupos. Ao analisar as políticas governamentais de desenvolvimento, o mesmo autor afirma que o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), no período de 1975 a 1979, tinha um enfoque de descentralizar a renda e deu destaque especial ao cooperativismo nos seus programas.

Vê-se que o uso do cooperativismo como agente de desenvolvimento do meio rural brasileiro esteve inserido nas políticas voltadas a modernizar o referido setor, porém salienta-se que as principais metas dessas políticas sempre foram abastecer os centros urbanos e fornecer insumos e matérias-primas às indústrias, ou seja, inserir os produtores na economia de mercado para atender a tais objetivos.

As cooperativas que têm melhor desempenho e se expandem mais aceleradamente, segundo SCHNEIDER, apud LOUREIRO (1981), são aquelas que estão ligadas aos subsetores mais dinâmicos do setor agrícola do nosso país, ou inclui-

das dentro de políticas desenvolvimentistas que objetivam o processo de acumulação de capital. Ainda para o mesmo autor, tal crescimento ocorre quando as cooperativas se dedicam à produção de produtos voltados ao mercado externo, bem como àqueles direcionados a atender a demanda de extratos privilegiados da população ou aqueles que possuem maior nível de renda.

Pelo exposto anteriormente, observa-se que as cooperativas são defendidas como relevante instrumento de desenvolvimento econômico, particularmente do setor agrícola brasileiro.

b) O cooperativismo a serviço do Estado

Desde as primeiras décadas do século XX, a classe trabalhadora estava em constantes movimentos reivindicando melhorias de suas condições de trabalho e lutando por melhores salários, fatos esses que vinham gerando preocupações das classes dominantes e do Estado. Assim, exigências de melhores salários se faziam necessárias, pois os gêneros alimentícios sempre estiveram escassos no período, devido à atenção dada àqueles produtos destinados ao mercado externo, em prejuízo da produção dos alimentos destinados ao mercado interno (MANTEGA, 1987).

A fim de amenizar tal situação, o Estado, principalmente a partir da década de 30, passou a assumir o cooperativismo, que já vinha sendo praticado por produtores desde a década de 20. Para FLEURY (1983), o Estado, desde a década de 30, propiciou as condições especiais para o desenvolvimento do cooperativismo, objetivando agilizar e modernizar a agricultura, através da integração de produtores, principalmente aqueles voltados às atividades de abastecimento do mercado interno. Apoiando pontos de vista de PINHO (1966), LOUREIRO (1981) afirma que desde o seu surgimento, nos anos 30, até hoje, as cooperativas no Brasil sempre estiveram atreladas ao Estado, que não só regula sua criação e funcionamento, mas também as fiscaliza diretamente.

Os princípios doutrinários que revestiam o movimento cooperativista de um caráter reformista, necessário para justificar as intervenções do Estado na economia (pois estas seriam feitas em nome das classes menos favorecidas, desde que não prejudicassem os interesses das classes dominantes), fizeram com que o Estado, sem exitação, passasse a apoiar as doutrinas cooperativistas (FLEURY, 1983). Desta maneira, segundo a mesma autora, foi de interesse do Estado apoiar a proposta cooperativista porque a mesma apresentava conteúdo reformista que se esgotava nos limites da comercialização, crédito e transformação de produtos.

LOUREIRO (1981) resume a criação de cooperativas no Brasil afirmando que, enquanto algumas surgiram por necessidade e iniciativa de produtores, outras foram criadas em resposta aos incentivos estatais.

Defensora da intervenção estatal no movimento cooperativista, PINHO (1966) afirma que não há inconvenientes na criação de cooperativas pelos poderes públicos, mas com a ressalva: desde que a iniciativa estatal, provisória e supletiva, seja acompanhada de intensa educação dos associados no sentido de prepará-los para a autogestão e participação democrática. Dentro do mesmo assunto, a autora procurou mostrar que nos países subdesenvolvidos, o Estado, como principal agente do desenvolvimento econômico, deve promover a criação de ampla rede de cooperativas a fim de acelerar o "salto" para o progresso. Salieta ainda que o Estado já é o principal agente de divulgação e de controle das cooperativas em todo o território nacional.

REGO (1984) defende a idéia de que a evolução do cooperativismo no Brasil, via políticas de incentivos estatais, poderá servir para que se evite a concentração de renda pois, ao desenvolver-se, o Brasil marginalizou muitos segmentos da população rural.

As políticas oficiais de incentivo ao cooperativismo brasileiro são implantadas a partir de 1932, através do Decreto Nº 22.239. Este Decreto mostrava pontos que explicitavam a intervenção estatal na criação e incentivo de cooperativas agrícolas. Posteriormente, ainda no ano de

1932, surgiu o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), o que propiciou, a partir de então, a criação de inúmeras cooperativas em vários estados do País, propagando a criação de outros DAC's com estrutura e programa de ação semelhante (JUNQUEIRA, apud LOUREIRO, 1981).

Os incentivos tributários concedidos às cooperativas pelo Estado, dentro das metas para o desenvolvimento do setor agrícola, passaram a ser cancelados no período que vai de 1966 a 1971, pois nesse período se estabeleceu uma regulamentação bastante restritiva, principalmente no que se refere ao crédito cooperativo, e houve proibições de as cooperativas operarem com terceiros. Tais políticas estavam de acordo com a política econômica em vigor depois de 1964, que visava fazer com que as cooperativas concorressem no mercado sob as mesmas condições de qualquer empresa privada, o que exigia das mesmas uma reestruturação, a fim de sobreviverem dentro das novas condições.

Em estudos realizados por FLEURY (1983), percebe-se que, entre os anos de 1960 e 1975, houve redução do número de cooperativas agrícolas, que passaram de 1.247 para 1.163, devido às políticas governamentais anteriormente citadas.

A política governamental implantada com a Lei No. 5.764, de dezembro de 1971, definiu a Política Nacional do Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas. Mas, de acordo com REGO (1984), na prática, esta política não dizia respeito ao cooperativismo nacional porque não tinha vinculação nenhuma com aqueles órgãos oficiais de apoio ao mesmo, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o DAC e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), dentre outros. Analisando a referida lei, SCHNEIDER, apud LOUREIRO (1981), a considera com forte direcionamento empresarial pois, a partir de então, a mesma passa a dar relevância à qualidade das cooperativas sobre a quantidade, proporcionando a união de cooperativas, e também à integração vertical, sob condição de uma economia mais organizada. Procurando comprovar

tal afirmação, o mesmo autor mostra que em 1966 as cooperativas de produção somavam 2.377 e as de consumo, 1.783. Cinco anos depois, ou seja, em 1971, com tal lei em vigor, as cooperativas de produção reduziram-se a 1.737 (27% a menos) e as de consumo despencaram para 751 (56% a menos).

A Lei nº 764 mostrou a nova força assumida pelo cooperativismo no Brasil a partir das décadas de 70 e 80, pois tal lei vigora até hoje; dentre as prerrogativas que a mesma dá às cooperativas, destacam-se:

- Possibilidade de operarem com terceiros;
- Isenção de impostos;
- Classificação das cooperativas como sociedades que não produzem renda, sendo, por isso, isentas do Imposto de Renda (IR);
- Eliminação da necessidade de autorização prévia para constituição e funcionamento de cooperativas;
- Permissão para que as mesmas fixem, a seu próprio critério, sua área de ação e de admissão de novos sócios.

Com esta lei, as cooperativas passaram a se beneficiar novamente de condições especiais de funcionamento no mercado. Contudo, apesar de tais privilégios, o cooperativismo no Brasil se desenvolveu bem mais em certas regiões e em certos setores da atividade agropecuária (SCHNEIDER, apud LOUREIRO, 1981).

Analisando o I Programa Nacional de Cooperativismo - PRONACOOP - de 1976/79, pode-se dar destaque aos seus objetivos gerais, dentre eles:

- Elevar e manter os índices de aprimoramento empresarial das cooperativas;

- Elevar e manter os índices de participação do sistema cooperativo na economia nacional;
- Aprimorar os mecanismos da cooperativa relativos aos aspectos de participação dos cooperados nos seus benefícios econômicos.

Dentre os objetivos específicos do programa anteriormente citado, destacam-se:

- Elevar e manter altos índices de participação na produção e comercialização dos produtos agropecuários;
- Elevar o número de cooperativas aparelhadas tecnicamente para concorrer com o mercado empresarial agropecuário no que concerne aos custos dos serviços e aos preços dos produtos;
- Elevar o número de técnicos, profissionais e líderes cooperativistas que possam dar suporte ao desenvolvimento crescente do sistema cooperativista;
- Elevar a oferta de recursos financeiros ao sistema cooperativista, proporcionando a formação do crédito cooperativo através de instituições financeiras próprias;
- Aprimorar a metodologia de difusão do cooperativismo com vistas ao aumento do número de cooperados, tornando-os mais participativos e melhorando a imagem do sistema junto ao público.

Estudos feitos por FLEURY (1983) confirmam o caráter paternalista da ação do Estado nas cooperativas, a ponto de enfraquecer essas organizações no que diz respeito à resolução de seus problemas.

Mostrando o real quadro do cooperativismo brasileiro, PINHO (1966) afirma que, ao contrário do ocorrido na Europa, onde as idéias cooperativistas, na visão de Charles Gide, nasceram "das próprias entranhas do povo", no Brasil, a difusão do cooperativismo, enquanto doutrina, tem sido feita de cima para baixo, ou seja, da iniciativa oficial e da atuação de alguns idealistas para a massa popular.

A despeito de todos os erros do cooperativismo brasileiro, para BURSZTYN (1985), as cooperativas vêm desfrutando de uma série de privilégios econômicos concedidos pelo Estado. Entretanto, devido à forma paradoxal da sua adoção, o Estado, ao interferir explicitamente nas cooperativas, via toda uma série de políticas voltadas ao setor agrícola, atua como um freio para as mesmas. Assim, para o mesmo autor, o cooperativismo é considerado como um filho predileto do Estado, mas também é preciso ressaltar que se trata de um "filho não emancipado", por estar restrito às concessões ou atuação dentro de certo limite da economia brasileira e, em particular, atuando em subsetores do setor agrícola pelos quais o capital não se interessa.

3.2 - Avaliação Econômica, Financeira e Político-Social da Empresa Cooperativa

A cooperativa, no seu funcionamento dentro do mercado concorrencial, está sujeita às mesmas regras de mercado que são impostas às outras empresas privadas.

Segundo BONUS (1987), a cooperativa é parecida com uma forma híbrida de organização ligada, por um lado, entre a firma central e economias individuais, e operando, por outro lado, independentemente no mercado. A independência de seus sócios se baseia na eficiência, a fim aproveitar melhor as informações do mercado local.

Para SANTOS (1986), a empresa cooperativa está inserida em um duplo contexto: atua no mercado junto às de-

mais empresas e, para tanto, obedece às mesmas regras de mercado, mas tem objetivos diferentes dos outros empreendimentos. Na visão do mesmo autor, o analista interno de uma cooperativa tem de estar ciente desta característica, ou seja, não pode centralizar sua análise dando relevância ao aspecto de empresa e, por outro lado, não poderá analisar a cooperativa de forma isolada de outros segmentos da economia. Existe, desta maneira, parte da vida econômica da cooperativa que é comum às empresas, podendo assim, ser analisada de forma convencional; outra parte é singular à cooperativa e merece uma análise fora da visão convencional de avaliação econômica e financeira.

De acordo com FLEURY (1983), a cooperativa, inserida em uma sociedade capitalista e atuando no mercado de livre concorrência, necessita assumir certos padrões de conduta que lhe assegurem alguma competitividade nesse ambiente. Desta forma, a entrada no mercado incide sobre a cooperativa em uma de suas dimensões, levando-a a assumir uma aparência semelhante à empresa capitalista.

Dentro do mesmo assunto, OLIVEIRA JUNIOR (1991) afirma que se tem formado uma grande confusão em torno da eficiência da empresa cooperativa, e tal fato tem causado um grande entrave para a conscientização dos associados, principalmente em função do duplo papel assumido pela mesma. O mesmo autor afirma que muito pouco ou quase nada tem sido feito para a formação da consciência econômica dos associados em relação ao mundo em que vivem e às determinações do mercado de que participam. Cabe à cooperativa ser uma organização que sirva para manutenção de relações comerciais seguras e duradouras, evitando, por outro lado, dependências nas relações comerciais em tal ambiente.

A confiança dos sócios na cooperativa, bem como o cumprimento por parte da mesma de bons negócios no mercado, que se convertam em satisfação aos mesmos, são fatores imprescindíveis para a empresa cooperativa no meio social onde atua. Sendo assim, confiança, por um lado, e reputação comercial, por outro, fornecem à empresa cooperativa um conceito de organização moderna e susceptível de desenvolver-se sem maiores empecilhos (BONUS, 1987).

O fato de a cooperativa ser caracterizada como uma associação de pessoas e ter de atuar como empresa no mercado acarreta muitas dificuldades aos seus administradores. Se estes priorizam o aspecto associativo, correrão o risco de enfrentar problemas na gestão financeira da cooperativa; poderão ficar cada vez mais distantes dos associados e menosprezar as finalidades sociais da empresa cooperativa. A fim de contornar tal conflito, recomenda-se o equilíbrio entre ambos os enfoques.

Tal visualização da empresa com duplo papel a assumir na sociedade e o conflito que isto traz aos administradores da cooperativa é salientado por autores como PINHO (1986), BONUS (1987) e SANTOS (1986), dentre outros.

Outro aspecto que tem dificultado a tentativa de se medir o desempenho de cooperativas é a escassez de dados oficiais. Por causa disto, fica difícil um trabalho mais detalhado e que expresse o real quadro econômico, financeiro e político-social das cooperativas brasileiras (OLIVEIRA JUNIOR, 1991).

A fim de procurar direcionar a empresa cooperativa no sentido de buscar formas capazes de avaliá-la, PINHO (1986) definiu alguns indicadores, mas os expressou vagamente. A autora procurou, de início, medir os chamados "indicadores sociais ou cooperativos", com o objetivo de avaliar a cooperativa como associação de pessoas. Segundo ela, tais indicadores possibilitariam, por exemplo, o interrelacionamento "cooperativa e cooperados", "cooperativa e funcionários", "cooperativa e meio social" e "cooperativa e movimento cooperativo brasileiro", dentre outros. Cita ainda outro tipo de indicador chamado por ela de "indicadores da democracia Cooperativa" que serviriam para mostrar, dentre outras coisas, a participação dos associados nas reuniões dos órgãos sociais da cooperativa, a renovação dos representantes eleitos para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal etc. Este último indicador, por sinal, foi o único que Pinho conseguiu expressar através de uma fórmula, como uma tentativa de quantificá-lo; porém, não estabeleceu nenhum parâmetro para o mesmo.

Finalizando a discussão, PINHO (1986) afirma que a realidade tem demonstrado que os indicadores aplicados às empresas não cooperativas são utilizados com pouca frequência pelos administradores de cooperativas.

3.2.1 - A avaliação da eficiência empresarial da empresa cooperativa

As cooperativas, inseridas no modelo de acumulação vigente no país, concorrem com as empresas não cooperativas. Ou seja, se a cooperativa precisa alcançar uma maior liquidez com a aplicação ótima do capital, a mesma necessita, por outro lado, manter a capacidade de pagamento sem ocasionar atrasos das obrigações assumidas, ou melhor, sem afetar a liquidez.

A cooperativa, no que se refere à sua parte de empresa, precisa atender a certos níveis de competitividade, a fim de que possa trazer os retornos mínimos exigidos, permitindo-lhe sobreviver e satisfazer aos seus associados. Para que isso ocorra, os seus administradores necessitam conhecer o desempenho econômico e a capacidade financeira da cooperativa em seus vários aspectos.

Procurando ter como referencial os princípios doutrinários, a cooperativa, além de ter avaliado o seu desempenho econômico, deve buscar um desempenho que a torne uma empresa estável e também observar se a satisfação dos associados está sendo atendida, pois esse aspecto é um dos principais a ser almejado por este tipo de associação.

Para SANTOS (1986), desempenho econômico é a capacidade de o empreendimento gerar rentabilidade; já desempenho financeiro diz respeito à capacidade de a empresa ter de honrar seus compromissos perante terceiros. Ainda de acordo com o mesmo autor, o diagnóstico sobre a realidade de um empreendimento depende da profundidade da análise. Quanto à terapêutica a ser indicada, a decisão depende de três fatores:

- a) O grau de conhecimento da organização da cooperativa e do ambiente no qual ela atua, por parte da pessoa que faz a avaliação;
- b) O tempo decorrido entre os balanços pesquisados e a liberação da análise (poucas decisões eficazes podem ser tomadas sobre fatos já consumados e, por isso, irreversíveis).
- c) A capacidade profissional do tomador das decisões.

Em se tratando de empresa cooperativa, SANTOS (1986) afirma que, através dos demonstrativos financeiros dá para se fazer um bom diagnóstico. Entretanto, isto não confere ao analista autoridade para afirmar que determinada situação é boa ou não. Há, assim, além da análise, outros aspectos que permitem retratar a empresa cooperativa, dentre os quais citam-se:

- 1) As possibilidades de marketing.
- 2) A capacidade dos diretores.
- 3) A atitude da cooperativa em relação ao mercado e a seus credores.

Ainda de acordo com o mesmo autor, tais aspectos permitem, também, uma boa visão, já que são dados importantes sobre a cooperativa e devem ser usados pelos analistas como informes complementares.

Analisando a avaliação empresarial de firmas, OLIVEIRA JUNIOR (1991) afirma que ainda não se tem um modelo acabado ou completo, uma vez que tal modelo depende da formação de uma teoria de administração de empresas cooperativas que considere não apenas a gestão empresarial do capital e das diversas funções administrativas, mas que, sobretudo, considere as peculiaridades sociais, políticas e econômicas pertinentes a este segmento empresarial. Para o mesmo autor, enquanto não se cria tal teoria, o referencial

teórico para analisar a avaliação do desempenho ou eficiência empresarial da cooperativa está assentado na Teoria da Administração existente, procurando-se ajustá-la à ótica cooperativista. O referido autor conceitua eficiência, numa empresa cooperativa, como sendo o equilíbrio entre a acumulação de sobras, entre estrutura voltada para o mercado ou para o quadro social e entre decisões tecnoburocráticas ou democráticas. Considera também que este equilíbrio só será obtido a partir de uma compreensão mútua e da integração dos grupos sociais e de associados e da busca de harmonia entre os diversos tipos de interesses individuais ou de grupo que permeiam a empresa cooperativa.

A eficiência econômico-financeira da cooperativa segue dois tipos de políticas as quais são decorrentes da formação e do uso do capital de giro das cooperativas, entendido aqui como o volume de recursos necessários a sua atividade produtiva. As duas políticas, de acordo com OLIVEIRA JÚNIOR (1991), são: a de longo prazo, ou estrutural, e a de curto prazo, ou operacional. Na política de longo prazo, a eficiência consiste na formação de um capital de giro próprio que permite o auto-financiamento operacional e a obtenção de mais fundos ou empréstimos para investimento. A política de investimento e a velocidade do crescimento, segundo o autor citado, são dependentes do nível de auto-financiamento operacional obtido. Na política de curto prazo, ou operacional, a eficiência consiste na melhor utilização possível do capital de giro próprio, liberando-o para investimento a longo prazo. Essa eficiência só é obtida no conjunto de administração de políticas comerciais e industriais, envolvendo estoques, vendas a prazo e contas a pagar a fornecedores e governo.

Analisando um outro aspecto relevante para a eficiência da cooperativa, OLIVEIRA JÚNIOR (1991) destaca que a participação é o principal fator de eficiência deste tipo de empresa, do ponto de vista político-social. Para ele, não obstante ser mais complexa e difícil a tomada de decisão sob condições de democracia, sua solidez e comprometimento social são infinitamente maiores.

3.2.1.1 - Problemas de eficiência empresarial mais comuns nas empresas cooperativas

As cooperativas têm, na sua maioria, problemas de eficiência empresarial em função do principal entrave que é a formação e uso do capital de giro e da gestão dos negócios, ou seja, as mesmas não conseguem recursos próprios a fim de financiarem suas operações.

Segundo OLIVEIRA JUNIOR (1991), os fatores que normalmente têm provocado tal deficiência são:

- 1 - Imobilizações com capital próprio;
- 2 - Paternalismo na política de relação com os associados, gerando prejuízos;
- 3 - Distribuição de sobras;
- 4 - Retenções insuficientes de capitais.

O referido autor observa que, em geral, as cooperativas têm se aproveitado das políticas de desenvolvimento, sem, contudo, verificar a viabilidade empresarial das mesmas, dentro do conjunto de negócios que operam.

A falta de percepção das ocorrências ambientais é outro fator que contribui para a existência de problemas de eficiência. Assim, verifica-se que as cooperativas demoram muito a perceber mudanças, às vezes, nos fatores macro-sociais, políticos e econômicos, demonstrando baixa capacidade ativa e de adaptação às variáveis econômicas.

3.2.1.2 - Problemas de natureza político-social da empresa cooperativa

A participação dos associados nas decisões estratégicas, ou sua participação passiva, é o principal pro-

blema observado dentro da natureza politico-social, na visão de OLIVEIRA JUNIOR (1991). Segundo esse mesmo autor, as causas fundamentais do problema são:

- a) Inexistência de programas de educação política e econômica dos associados;
- b) Inexistência de organização de base em grande número de cooperativas;
- c) Centralização decisória;
- d) Incompreensão do processo de gestão de empresas cooperativas por parte dos dirigentes e gerentes.

As cooperativas, para o referido autor, não têm dado atenção à capacitação econômica dos seus associados. Vê-se, na realidade, que as cooperativas vão crescendo e refinando suas práticas administrativas, enquanto os associados continuam gerenciando sua atividade de forma arcaica, com comportamento passivo diante do processo de evolução tecnológica.

Acerca da autogestão empresarial, OLIVEIRA JUNIOR (1991) afirma ainda que a mesma implica necessariamente a tomada de consciência dos associados enquanto donos e efetivos controladores da gestão dessas empresas. Para tanto, os associados devem assumir a responsabilidade do papel decisório e arcar com as consequências futuras, sem transferi-las aos grupos eleitos para a administração.

Várias são as estratégias a serem adotadas a fim de melhorar a eficiência econômico-financeira e politico-social das empresas cooperativas, dentre as quais citam-se:

- 1) Contratar assessoria técnica capacitada;
- 2) Organizar os associados em comissões de negócios, conforme as áreas de atuação, e em comitês e/ou núcleos;

- 3) Preservar a liquidez em períodos de instabilidade econômica;
- 4) Divisionar a empresa por negócios e administrá-los como se fossem quase-empresas;
- 5) Pesquisar permanentemente o grau de satisfação dos cooperados para com os serviços e estratégias da cooperativa;
- 6) Implantar sistemas de planejamento, a médio e longo prazos, com participação do quadro social. Não adotar qualquer política paternalista ou de subsídio junto ao associado.
- 7) Acompanhar as tendências do mercado e realizar mudanças na política operacional sempre que houver necessidade.
- 8) Criar comitês ou órgãos informais de avaliação da eficiência e estabelecer programas periódicos para a sua melhoria.

4 - A COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA DE VIÇOSA Ltda
(CAMIV)

4.1- Aspectos Gerais

A criação da CAMIV propiciou o atendimento de parte das reivindicações dos produtores da região de Viçosa, tendo em vista que os mesmos não tinham um canal mais estruturado para escoarem suas produções. Desse modo, foi grande o número de produtores que se associaram à cooperativa, na busca, principalmente, de um agente que lhes permitisse colocar seus excedentes no mercado.

A TABELA 2 mostra a evolução do quadro social da CAMIV, de 1969 até 1992. Nota-se que até meados da década de 70, foi expressivo o contingente de agricultores associados à Cooperativa. Proporcionalmente, foi também nessa década que se registraram as maiores evasões, certamente em função da desilusão dos associados com o fato de a CAMIV não ter conseguido atender suas necessidades.

A partir da década de 80, a Cooperativa, após se desestruturar econômica e financeiramente, em função da complexidade de atividades exercidas, desativou os setores e atividades ditos não rentáveis.

Dal em diante, a CAMIV passou a registrar problemas de endividamento e falta de capital de giro, dentre outros, entrando num processo de decadência. A repercussão disto foi a queda do número de associados, verificando-se uma recuperação somente a partir de 1989, quando foi criado o Departamento de Café (DC).

TABELA 2 - Evolução do quadro social da CAMIV.

Ano	Nº de Associados Admitidos/Ano	Nº de Associados Demitidos/Ano	Nº de Associados Total em 31/12 ¹
1969	106	08	497
1970	64	02	559
1971	163	28	694
1972	192	11	875
1973	172	14	1.033
1974	41	14	1.060
1975	106	18	1.148
1976	78	03	1.222
1977	25	12	1.235
1978	43	07	1.271
1979	12	01	1.282
1980	11	01	1.292
1981	15	02	1.305
1982	2	01	1.306
1983	4	01	1.309
1984	7	01	1.315
1985	17	-	1.332
1986	7	01	1.338
1987	12	-	1.350
1988	40	03	1.387
1989	20	01	1.406
1990	37	02	1.441
1991	31	03	1.469
1992	06	01	1.474

FONTE: Fichas de Controle de Associados - CAMIV.

¹ Total de associados atuantes e não atuantes.

4.2 - Participação dos Associados nas Assembléias

Sempre foi baixa a participação dos associados da CAMIV em assembléias, tanto nas ordinárias quanto nas extraordinárias, exceto na década de 70, quando se registraram os maiores índices de frequência (TABELA 3).

TABELA 3 - Percentual de participação dos associados da CAMIV nas assembléias ordinárias e extraordinárias: 1969 a 1992.

Ano	Presença em Assembléias (%)
1969 ¹	-
1970	4,3
1971	16,6
1972	5,5
1973	4,6
1974	2,7
1975	1,1
1976	6,1
1977	1,5
1978	4,5
1979	4,6
MEDIA	5,2
1980	3,6
1981	1,1
1982	1,4
1983	3,0
1984	1,1
1985	1,4
1986	1,3
1987	0,7
1988	1,1
1989	0,8
1990	0,7
1991	0,7
1992	0,7
MEDIA	1,4



FONTE: Livro de Atas de Reunião de Assembléias da CAMIV.

¹ Dado não disponível.

O maior comparecimento dos associados às assembléias ocorre quando os assuntos tratados dizem respeito à

possibilidade de venda de ativos ou em épocas de problemas com o preço do leite. Nota-se, assim, que são fatores mais de interesse próprio que coletivo os responsáveis pela participação e mobilização mais ativa dos associados nas assembléias, evidenciando-se a preocupação dos produtores basicamente com a comercialização. Este motivo parece ser também o responsável pela decisão dos produtores de se associarem à Cooperativa.

4.3 - Registros e Controles Internos

No QUADRO 1 apresenta-se a situação dos registros e controles necessários à boa administração da CAMIV.

QUADRO 1 - Situação interna dos registros e controles da CAMIV, 1992.

Registros e Controles	Existência		Atualização		Situação		
	Sim	Não	Sim	Não	Boa	Regular	Ruim
	Sociais		X				
Livro de Matrícula	X			X			X
Cadastro dos Sócios		X					
Atas da AGO ¹	X		X		X		
Presença AGO e AGE ²	X			X			X
Ata de Diretoria	X		X				X
Ata Conselho Fiscal	X		X				X
Presença de Conselho Fiscal	X		X				X

PONTE: Livros de Registros e Controles - CAMIV.

NOTAS: ¹ AGO = Assembléia Geral Ordinária;

² AGE = Assembléia Geral Extraordinária.

De maneira geral, os livros necessários às anotações internas da CAMIV atendem em parte às exigências e se encontram em condições regulares. Porém, nota-se que a maioria deles apresenta mau estado de conservação, o que dificulta a leitura do seu conteúdo. Por outro lado, a cooperativa não tem um cadastro organizado e atualizado dos associados, o que dificulta a obtenção de um quadro real das características desses associados. Também não se encontrou na CAMIV qualquer anotação relativa aos registros sociais da mesma, a não ser algumas citações no livro de "Atas do Conselho Fiscal".

4.4 - Administração

Para pertencer ao Conselho Administrativo da CAMIV, os candidatos devem pertencer ao quadro social e estar em dia com seus deveres perante a Cooperativa. O corpo dirigente da CAMIV é formado por representantes da classe produtora, particularmente de pecuaristas e cafeicultores, muitos dos quais com formação técnica e/ou superior.

Uma vez escolhidos para os cargos, os cooperados que mais participam da vida diária da Cooperativa são o presidente e o diretor financeiro. No entanto, apesar da necessidade da presença mais constante de todo o corpo administrativo na Cooperativa, a maioria dos seus dirigentes, pelo menos até administrações passadas, se reunia apenas para cumprir as exigências estatutárias, uma vez que grande parte deles exercia outras atividades.

A administração da CAMIV é constituída pelos seguintes dirigentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária (AGO):

- . Conselho de Administração - este Conselho é constituído por nove membros efetivos e três suplentes, eleitos para cumprir um mandato de 3 anos. Deste Conselho, o estatuto requer que um

terço seja renovado no fim do mandato. A principal atribuição do Conselho é delinear políticas econômico-financeiras para a Cooperativa e definir os planos e programas a serem cumpridos e seguidos pelos dirigentes eleitos.

- . Conselho Fiscal - é formado por três membros efetivos e três suplentes, também escolhidos pela Assembléia Geral Ordinária. A principal atribuição do Conselho Fiscal é exercer ativamente a fiscalização sobre os serviços, atividades e operações realizadas na Cooperativa.

4.5 - Estrutura Organizacional

a) Organização geral

A CAMIV não tem uma estrutura complexa em função das poucas funções a que se dedica, baseadas na comercialização do leite e do café dos associados e na revenda de insumos e produtos agropecuários; daí não possuir nenhum manual de procedimentos, próprio das organizações mais complexas, como é o caso das grandes cooperativas agrícolas.

São poucos os funcionários que cuidam dos trabalhos de rotina, os quais estão concentrados nas tarefas de registros nos livros e documentos obrigatórios. Estes, por sinal, são os instrumentos de anotações da Cooperativa.

b) Instalações

A CAMIV está instalada em um prédio onde se localizam os setores de armazém e de leite e o escritório administrativo, bem como o compartimento de estoques de mercadorias e a sala do computador. Em galpão anexo, está instalado o Departamento de Café, com sala de provação e classificação, além de depósito para armazenamento do produto.

Ao lado do edifício-sede situa-se o posto de gasolina, ora alugado a terceiros, mas ainda de propriedade da Cooperativa.

c) Quadro de pessoal

A simplicidade da estrutura organizacional da CAMIV faz com que o corpo de funcionários seja pequeno e atenda satisfatoriamente às necessidades dos setores e serviços da Cooperativa.

As determinações e orientações partem da presidência e são repassadas aos funcionários do escritório e dos demais setores pelo Contador e pelo Auxiliar de Contador. Este último também executa as tarefas de classificação e arquivamento dos documentos oriundos do Departamento de Café.

Por ser uma cooperativa pequena, há dificuldade de ascensão profissional, sendo esta feita com base no tempo de serviço e no desempenho de cada funcionário.

A TABELA 4 mostra o número de pessoas ocupadas na Cooperativa e as respectivas atividades.

TABELA 4 - Funções existentes e total de pessoal ocupado na CAMIV - 1992

Função	Número de Funcionários
Presidente/Gerente	01
Contador	01
Contador Adjunto	01
Auxiliar de Caixa	01
Auxiliar de Escritório	01
Provador (Café)	01
Auxiliar de Armazém	02
Balconista	01
TOTAL	09

FONTE: Area Administrativa - CAMIV.

4.6 - Setores e Departamento da CAMIV

4.6.1 - Setor de leite

E o setor que mobiliza grande parte dos funcionários da Cooperativa, pois tem sob sua responsabilidade o atendimento de cerca de 300 produtores de 12 municípios da região de Viçosa.

A situação econômico-financeira do Setor de Leite é mostrada na AGO, no final de cada ano mas, atualmente, a diretoria tem procurado apresentar o balanço mensal desse setor, na medida do possível.

Por não possuir laticínio próprio, a Cooperativa simplesmente repassa o leite recebido ao laticínio intermediário, que beneficia e industrializa o produto "in natura" oriundo dos produtores da CAMIV.

4.6.2 - Setor de armazém

E o setor responsável pelo maior volume de Renda Líquida (RL) ou Sobras Líquidas (SL) da Cooperativa, pois, no caso de muitos produtores, a renda obtida da venda do leite fica quase toda retida nesse setor em função do volume de insumos e mercadorias compradas.

A CAMIV, geralmente, não faz previsão de compras, a não ser para produtos de maior demanda, como farelo de soja, rações, arame, alguns herbicidas, fungicidas e vacinas.

Em média, o preço de venda dos produtos e insumos varia em função do giro de suas vendas, e a margem de venda, pela própria natureza da Cooperativa, não é alta, mas suficiente para cobrir os custos da armazenagem, da administração e de grande parte dos déficits financeiros às vezes gerados no setor de leite.

O maior volume de vendas é para os associados, mas os não-associados também recorrem ao armazém da CAMIV à procura de produtos que não se encontram no mercado local.

4.6.3 - Departamento de café

Criado em 1989 a fim de dinamizar os negócios da Cooperativa e atender aos produtores de café da região de Viçosa, o DC parece ter cumprido parte desses objetivos.

O principal ponto a destacar, depois da criação do DC, foi o incremento do quadro social da CAMIV, que passou a ter cerca de 100 novos produtores.

Desde o ano de sua criação, o DC aumentou gradativamente o volume de café comercializado via Cooperativa. Através da TABELA 5, nota-se que a produção de café vendida pela Cooperativa tem crescido ano após ano, passando de 6.597 sacas, em 1989, para 22.701 sacas, em 1992. No ano de 1991, foram comercializadas 27.521 sacas, o que gerou um retorno líquido de Cr\$ 164.743,00.

Os maiores volumes de café comercializado foram oriundos do município de Viçosa, cujo maior percentual ocorreu em 1992, e representa 30,1% do total vendido naquele ano. Logo depois vem o município de Paula Cândido, com 23,4%, ou 3.867 sacas comercializadas no ano de 1990.

Destaca-se a participação do volume de café proveniente de "outros municípios", que apresentou taxas crescentes ao longo dos anos, passando de 14,7%, em 1989, para 20,8% em 1992.

TABELA 5 - Produção de café comercializada via CAMIV, em termos absolutos e relativos, por município - 1989/1992.

Municípios	Ano							
	1989		1990		1991		1992	
	Produção (sc 60kg)	%						
Viçosa	1.700	25,8	3.497	21,2	6.723	24,4	6.825	30,1
Teixeiras	1.105	16,8	469	2,8	2.101	7,6	1.017	4,5
Porto Firme	921	14,0	946	5,8	2.214	8,0	3.154	13,9
Paula Cândido	821	12,4	3.867	23,4	4.894	17,8	4.351	19,2
Araponga	380	5,8	2.801	16,9	1.280	4,7	1.240	5,5
Canaã	700	10,6	1.123	6,8	921	3,3	444	3,9
Piranga	-	-	700	4,2	1.489	5,4	936	4,1
Outros ¹	970	14,7	3.124	18,9	7.899	28,7	4.734	20,7
Total/Ano	6.597	100,0	16.527	100,0	27.521	100,0	22.701	100,0

FONTE: Departamento de Café - CAMIV.

¹ Inclui os municípios de Cajuri, Coimbra, Senador Firmino, Urucânia, São Geraldo, São Miguel do Anta, Senhora de Oliveira, Pedra do Anta, Visconde do Rio Branco, Jequeri, Ubã, Miral, Ponte Nova, Divinésia, Muriaé e Presidente Bernardes.

OBS: Os valores percentuais cuja soma é diferente de 100,0 se deve a arredondamentos.

5 - METODOLOGIA

5.1 - Area de Estudo

A pesquisa abrange 22 municípios do raio de ação da CAMIV, definido de acordo com os estatutos de fundação da Cooperativa.

Os municípios do raio de ação da CAMIV são: Viçosa, Porto Firme, São Miguel do Anta, Cajuri, Coimbra, Ervália, Teixeiras, Canaã, Pedra do Anta, Guaraciaba, Presidente Bernardes, Visconde do Rio Branco, Guiricema, Tocantins, Divinésia, Ubá, Senador Firmino, Araponga, São Geraldo, Paula Cândido, Ponte Nova e Guidoal.

Até 1989, a Cooperativa tinha sócios atuantes concentrados em 12 municípios; nos demais, havia apenas associados não atuantes e, com a criação do Departamento de Café, os cooperados destes últimos estão voltando aos poucos, principalmente para comercializarem sua produção de café via CAMIV.

5.2 - Amostra

A amostra foi retirada do universo dos produtores de leite associados à CAMIV. Os produtores selecionados foram agrupados em três estratos, com base no volume de produção entregue à Cooperativa. O critério para a estratificação dos produtores foi o mesmo utilizado por FONSECA (1992), que classifica como pequenos produtores os que produzem até 50 l de leite por dia, como médios os que produzem entre 50 e 100 l/dia e como grandes produtores os que produzem acima de 100 litros por dia.

Na composição da amostra foram ainda considerados os seguintes critérios:

- Constaram na amostra somente produtores que foram sócios-fundadores da Cooperativa e que ainda entregavam leite à mesma até a data da pesquisa, ou seja, dezembro de 1992;
- Os que não tinham se ausentado da mesma por mais de duas vezes desde que se associaram, ou durante um período de três meses seguidos num mesmo ano;
- Os que não tinham deixado de entregar a sua produção por mais de um ano seguido desde que se associaram à CAMIV.

A composição da amostra ficou definida como na TABELA 6.

TABELA 6 - Amostra de produtores de leite associados à CAMIV, estratificada com base na produção de leite diária.

Estrato	Nº de Produtores de Leite
I	14
II	02
III	05
TOTAL	21

FONTE: Pesquisa direta

Com relação aos produtores de café, não se fez nenhuma divisão por estrato; para classificá-los, usou-se o tamanho da propriedade como referencial (CASALI, 1981).

5.3 - Fontes dos Dados

A principal fonte dos dados utilizados na pesquisa foi a própria Cooperativa, recorrendo-se às informações contidas nos setores de Leite, Armazém e Departamento de Café. Outras informações foram obtidas dos dirigentes administrativos da cooperativa (presidente, contador e assistente de contabilidade). As informações contidas nos Relatórios Anuais, onde se encontram os Balanços Contábeis da Cooperativa, também foram essenciais para a pesquisa.

Os dados foram obtidos por meio de dois tipos de instrumentos: questionários e entrevistas. Os questionários constaram de perguntas objetivas e abertas sobre a pecuária de leite, o Departamento de Café da CAMIV e sobre o valor do patrimônio dos produtores de leite selecionados, procurando-se abranger dois momentos: no primeiro, tentou-se determinar o valor do patrimônio dos produtores no ano em que os mesmos se associaram à cooperativa; no segundo, determinou-se o valor atual do patrimônio desses produtores, tomando-se o ano de 1992 como referência. Tanto o valor do patrimônio no ano em que se associaram à cooperativa, chamado de "antes", quanto o valor em 1992, chamado de "depois", foram avaliados a preços constantes de dezembro de 1992.

Os dados sobre o valor do patrimônio do produtor se referem àquelas variáveis ligadas mais diretamente à atividade leiteira.

5.4 - Instrumental Analítico

5.4.1 - Avaliação do valor do patrimônio dos produtores de leite

Foram as seguintes as variáveis incluídas:

- Área total da propriedade, medida em hectares;
- Valor da propriedade, em Cr\$ 1.000.000;
- Animais em geral, medidos em cabeças;
- Valor dos animais, em Cr\$ 1.000.000;
- Valor das benfeitorias e melhoramentos, em Cr\$ 1.000.000;
- Valor das máquinas, equipamentos e utensílios, em Cr\$ 1.000.000.

Os valores monetários foram expressos em valores constantes de dez/1992.

Não se levou em consideração o valor da depreciação das benfeitorias, máquinas e equipamentos.

A comparação do valor do patrimônio dos produtores de leite nos dois momentos ou períodos, ou seja, "antes" e "depois", levou em conta os seguintes parâmetros, por estrato:

V_{i0} = valor da variável "i" no momento "antes" (t_0);

V_{i1} = valor da variável "i" no momento "depois" (t_1);

V_i = variação da variável "i", tal que

$V_i = V_{i1} - V_{i0}$

As três situações consideradas foram:

$V_i > 0$ - A situação do grupo de produtores melhorou após sua entrada na CAMIV, em relação à variável considerada;

$V_i = 0$ - A situação do grupo de produtores não mudou após sua entrada na CAMIV, em relação à variável considerada;

$V_i < 0$ - A situação do grupo de produtores ficou pior após sua entrada na CAMIV, em relação à variável considerada.

Para esta análise, pressupôs-se que, para a maioria dos produtores estudados, a atividade leiteira constitui a principal fonte de renda.

5.4.2 - Avaliação dos efeitos da criação do Departamento de Café

- a) Sobre a taxa de evasão dos produtores nos meses de safra (outubro a março) e nos meses de entressafra (abril a setembro).

A avaliação dos efeitos da criação do Departamento de Café pela CAMIV, como forma de diminuir a evasão dos produtores de leite, constou das seguintes etapas: primeiro, lançou-se mão dos mapas de leite da CAMIV, que continham os nomes dos produtores que forneceram leite à mesma, por linha de leite¹, de acordo com a classificação P (presente) e A (ausente), ou seja, estavam ou não entregando sua produção mensal à Cooperativa durante todos os anos de interesse da pesquisa; segundo, agrupou-se o número de produtores por período de produção, ou seja, no período de safra(S), que vai de novembro a março, e no de entressafra (E), que vai de abril a outubro. Em seguida,

¹ As linhas de leite foram criadas a fim de racionalizar o caminho a ser percorrido pelos caminhões de leite, seguindo rotas pré-estabelecidas. Assim, uma determinada linha pode abranger parte de municípios vizinhos, que não possuem, sozinhos, número de produtores que compense os custos de transporte para enviar o leite ao laticínio.

foram feitas as comparações entre o número de produtores presentes e ausentes nos três anos antes da criação do Departamento de Café (de 1986 a 1988) e nos três anos depois da criação do mesmo (de 1990 a 1992). O ano de 1989, por ser o ano do início da comercialização de café pela CAMIV, foi tomado como referencial e divisor dos dois períodos.

Algumas informações obtidas nos questionários aplicados também foram usadas para esta análise. Tais informações são concernentes à atividade leiteira no período de entressafra, bem como às opiniões dos entrevistados sobre a criação do Departamento de Café.

b) Sobre a Renda Líquida (RL) da Cooperativa

b.1) Renda Líquida ou Sobras Líquidas (SL) antes da criação do Departamento de Café.

$$RLL_{t-3} = (P_{t-3} \cdot Q_{t-3}) - D_{t-3}$$

$$RLL_{t-2} = (P_{t-2} \cdot Q_{t-2}) - D_{t-2}$$

$$RLL_{t-1} = (P_{t-1} \cdot Q_{t-1}) - D_{t-1}$$

onde:

RLL_{t-3} - Renda líquida obtida com a comercialização do leite em 1986;

RLL_{t-2} - Renda líquida obtida com a comercialização do leite em 1987;

RLL_{t-1} = Renda líquida obtida com a comercialização do leite em 1988;

P_{t-3} - preço médio do litro de leite em 1986;

P_{t-2} = preço médio do litro de leite em 1987;

P_{t-1} - preço médio do litro de leite em 1988;

- Q_{t-3} = Litros de leite comercializados pela CAMIV em 1986;
- Q_{t-2} = Litros de leite comercializados pela CAMIV em 1987;
- Q_{t-1} = Litros de leite comercializados pela CAMIV em 1988;
- D_{t-3} = Total das despesas com a comercialização do leite em 1986;
- D_{t-2} = Total das despesas com a comercialização do leite em 1987;
- D_{t-1} = Total das despesas com a comercialização do leite em 1988.

b.2) Renda Líquida depois da criação do Departamento de Café.

$$RLLC_{t+1} = [(PL_{t+1} \cdot QL_{t+1}) - DL_{t+1}] + [(PC_{t+1} \cdot QC_{t+1}) - DC_{t+1}]$$

$$RLLC_{t+2} = [(PL_{t+2} \cdot QL_{t+2}) - DL_{t+2}] + [(PC_{t+2} \cdot QC_{t+2}) - DC_{t+2}]$$

$$RLLC_{t+3} = [(PL_{t+3} \cdot QL_{t+3}) - DL_{t+3}] + [(PC_{t+3} \cdot QC_{t+3}) - DC_{t+3}]$$

onde:

$RLLC_{t+1}$ = renda líquida obtida com a comercialização de leite e café em 1990;

- $RLLC_{t+2}$ = renda líquida obtida com a comercialização de leite e café em 1991;
- $RLLC_{t+3}$ = renda líquida obtida com a comercialização de leite e café em 1992;
- PL_{t+1} = preço médio do litro de leite em 1990;
- PL_{t+2} = preço médio do litro de leite em 1991;
- PL_{t+3} = preço médio do litro de leite em 1992;
- QL_{t+1} = Litros de leite comercializados pela CAMIV em 1990;
- QL_{t+2} = Litros de leite comercializados pela CAMIV em 1991;
- QL_{t+3} = Litros de leite comercializados pela CAMIV em 1992;
- DL_{t+1} = total das despesas com a comercialização do leite em 1990;
- DL_{t+2} = total das despesas com a comercialização do leite em 1991;
- DL_{t+3} = total das despesas com a comercialização do leite em 1992;
- PC_{t+1} = preço médio da saca de café em 1990;
- PC_{t+2} = preço médio da saca de café em 1991;
- PC_{t+3} = preço médio da saca de café em 1992;
- QC_{t+1} = quantidade de café (em sacas 60 kg) comercializada pela CAMIV em 1990;

QC_{t+2} = quantidade de café (em sacas 60 kg) comercializada pela CAMIV em 1991;

QC_{t+3} = quantidade de café (em sacas 60 kg) comercializada pela CAMIV em 1992;

DC_{t+1} = total das despesas com a comercialização de café em 1990;

DC_{t+2} = total das despesas com a comercialização de café em 1991;

DC_{t+3} = total das despesas com a comercialização de café em 1992.

As variações na Receita Líquida ou Sobras Líquidas da CAMIV antes e depois da criação do Departamento de Café poderão caracterizar uma das seguintes situações:

Situação I

$$\frac{RLLC_{t+1} + RLLC_{t+2} + RLLC_{t+3}}{3} > \frac{RLL_{t-1} + RLL_{t-2} + RLL_{t-3}}{3}$$

Se tal situação ocorrer, diz-se que a CAMIV passou a ter melhor desempenho econômico e financeiro com criação do Departamento do Café.

Situação II

$$\frac{RLLC_{t+1} + RLLC_{t+2} + RLLC_{t+3}}{3} = \frac{RLL_{t-1} + RLL_{t-2} + RLL_{t-3}}{3}$$

Se tal situação ocorrer, diz-se que a CAMIV não teve o seu desempenho econômico e financeiro afetado com a criação do Departamento de Café.

Situação III

$$\frac{RLLC_{t+1} + RLLC_{t+2} + RLLC_{t+3}}{3} < \frac{RLL_{t-1} + RLL_{t-2} + RLL_{t-3}}{3}$$

Se tal situação ocorrer, significa que a criação do Departamento de Café piorou o desempenho econômico e financeiro da CAMIV, ou seja, a mesma passou a ter mais despesas que receitas com tal iniciativa.

- c) Sobre os indicadores econômicos, financeiros e político-sociais da cooperativa

Para complementar a análise dos efeitos da criação do Departamento do Café, avaliou-se também o desempenho econômico, financeiro e político-social da CAMIV, através dos seus respectivos indicadores², confrontando os três anos anteriores e os três anos posteriores à criação do referido Departamento.

5.4.3 - Avaliação do desempenho econômico, financeiro e político-social da empresa cooperativa

Estes indicadores basearam-se nas pesquisas realizadas por NASCIMENTO (1990), OLIVEIRA JÚNIOR (1991) e SANTOS (1986).

² Esses indicadores são discutidos no item 5.4.3.

5.4.3.1 - Indicadores de eficiência econômica

a) Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)

Mede a capacidade da Cooperativa de remunerar o seu patrimônio líquido (capital próprio mais fundos e reservas), em percentagem.

$$RPL = \frac{SAD}{PL} \times 100$$

onde:

SAD = Sobras Líquidas (Lucro Líquido) antes das destinações às exigências legais definidas pelo estatuto;

PL = Patrimônio Líquido.

b) Margem Bruta (MB)

Mede a margem operacional (lucro) bruta decorrente da variação dos estoques e custos operacionais diretos e disponível para cobertura das demais despesas da Cooperativa.

$$MB = \frac{RT}{RT - CV} \times 100$$

onde:

RT = Receita Total;

CV = Custos das Vendas.

Segundo OLIVEIRA JUNIOR (1991), a margem, em geral, não deve ser inferior a 25%. Normalmente cooperativas

agricolas com margem bruta desta ordem conseguem cobrir todos os custos e despesas e apresentar resultados positivos.

Segundo OLIVEIRA JUNIOR (1991), não existem parâmetros analíticos ideais, porém recomenda-se que a margem seja a maior possível, principalmente se sobre os estoques existirem financiamento, e consequentes despesas financeiras. Conforme o mesmo autor a margem bruta em geral não deve ser inferior a 25%. Normalmente, cooperativas de produção agrícola com margem bruta desta ordem conseguem cobrir todos os custos e despesas e apresentam resultados positivos.

A CAMIV caracteriza-se por ser uma cooperativa essencialmente de comercialização de produtos agrícolas (leite e café), apresentando, assim, valores de margem bruta não necessariamente iguais às cooperativas de produção agrícola.

c) Imobilização do Capital de Giro (ICG)

Indica a percentagem de capitais que estão imobilizados, ou seja, aplicados em bens de uso e de produção.

$$ICG = \frac{AI}{PT} \times 100,$$

onde:

AI = Ativo Imobilizado;

PT = Passivo Total.

d) Retorno Sobre os Ativos (RSA) ou Retorno Sobre Investimentos (RSI)

Avalia a capacidade da cooperativa de obter resultados (sobras) em relação ao total dos ativos. Este índice mede a possibilidade de se obter retorno dos inves-

timentos e o custo de oportunidade das aplicações de recursos nos ativos operacionais e permanentes.

$$RSA = \frac{SAD}{A} \times 100$$

onde:

A = valor dos ativos.

Para avaliação, são adotados os seguintes parâmetros:

RSA > 20%, situação excelente

15% < RSA < 20%, situação boa

10% < RSA < 15%, situação razoável

0% < RSA < 5%, situação ruim

RSA < 0%, situação péssima

e) Taxa de Retorno por Setor (TRS)

Mede a capacidade de cada setor ou produto comercializado pela cooperativa de realizar Sobras Líquidas (SL).

$$TRS = \frac{LL}{AT} \times 100$$

onde:

LL = Lucro Líquido (Sobras Líquidas)

AT = Ativo Total

E também designado de Participação por Produto Comercializado (PPC):

$$PPC = \frac{VD_{S/P}}{FTL}$$

onde:

$VD_{S/P}$ = vendas líquidas por setor ou produto;

FTL = faturamento líquido.

No caso da CAMIV, foram analisados os setores de Leite, Armazém, o Departamento de Café e outras rendas, que incluíram rendas de aluguéis, do posto de gasolina (até 1987) e outras rendas não especificadas (essas rendas estão inclusas no Setor de Armazém).

f) Faturamento por Associado (FA)

Mede a relação entre a atividade operacional (vendas) e o número de associados da empresa cooperativa. É expresso em Cr\$.

$$FA = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{No Associados/Ano}}$$

Se o valor de FA for baixo e decrescente, ano a ano, conclui-se que há desvio da produção e também que está ocorrendo queda do valor real do(s) produto(s) comercializado(s).

5.4.3.2 - Indicadores de eficiência financeira

a) Índice de Liquidez Corrente ou Comum (ILC)

Mede a capacidade da empresa cooperativa de fazer frente às suas obrigações no curto prazo (até o período de um ano).

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Os parâmetros adotados para avaliação são os seguintes:

ILC > 1,75, situação excepcional

1,5 < ILC < 1,75, situação boa

1,25 < ILC < 1,5, situação regular

1,0 < ILC < 1,25, situação ruim

ILC < 1, situação péssima.

b) Índice de Liquidez Seca (ILS)

Mede a capacidade de pagamento da empresa cooperativa sem o uso de seus estoques, já que os mesmos são normalmente os ativos operacionais circulantes que mais demoram a se converter em caixa (dinheiro).

$$ILS = \frac{AC - Est}{PC}$$

onde:

Est = valores dos estoques de mercadorias, matérias-primas, produtos acabados e semi-acabados.

Parâmetros de Avaliação:

ILS > 1,25, situação excelente

1,00 < ILS < 1,25, situação muito boa

0,75 < ILS < 1,00, situação boa

0,5 < ILS < 0,75, situação regular

ILS < 0,5, situação ruim

c) Grau de Investimento de Capitais de Terceiros a curto prazo ($GICT_{CP}$)

Indica a percentagem de aplicações de capitais de terceiros (fornecedores privados, governos ou órgãos e instituições bancárias), a curto prazo, no conjunto patrimonial da empresa cooperativa.

$$GICT_{CP} = \frac{PC}{AT} \times 100$$

Um valor de $GICT_{CP}$ próximo de 100% mostra que a empresa cooperativa depende mais de recursos de terceiros, a curto prazo, a fim de levar avante o processo produtivo ou suas atividades normais, usando poucos recursos próprios.

d) Endividamento Total (ET)

Mede, em termos percentuais, a utilização de recursos externos (de terceiros) para financiamento dos investimentos da empresa cooperativa, tanto a curto quanto a longo prazo.

$$ET = \frac{PC + ELP}{AT} \times 100$$

onde:

PC = Passivo Circulante ou Exigível a curto prazo;
ELP = Exigível de Longo Prazo.

São considerados, em termos gerais, os seguintes parâmetros de avaliação:

- ET < 30%, situação excepcional
 30% < ET < 50%, situação boa
 50% < ET < 70%, situação regular
 75% < ET < 100%, situação ruim
 ET > 100%, situação péssima (insolvência

e) Giro de Estoques (GE)

Indica a capacidade da empresa Cooperativa de renovar seus estoques (em número de vezes) durante o ano. Quanto maior o GE, melhor para a Cooperativa, pois indica maior fluxo das vendas e participação dos associados nas compras de mercadorias.

O Giro de Estoques também pode ser expresso em dias. Para tanto, basta considerar o ano contábil (360 ou 365 dias) e dividi-lo pelo GE.

$$GE = \frac{CMV}{(EI + EF)/2}$$

onde:

CMV = Custo das Mercadorias Vendidas;

EI = Estoque Inicial;

EF = Estoque Final.

f) Grau de Endividamento Próprio (GEP) ou Índice de Capitalização (IC)

Mede o valor percentual dos investimentos de recursos próprios ou dos associados aplicados na empresa cooperativa.

$$GEP = \frac{PL}{AT} \times 100$$

onde:

PL = Patrimônio Líquido.

Um GEP próximo de 100% indica que a empresa cooperativa utiliza mais recursos próprios que de terceiros ; ao contrário, se as percentagens estão mais afastadas de 100%, isto significa que a cooperativa usa mais recursos de terceiros para empreender o processo produtivo ou suas atividades de prestação de serviços.

5.4.3.3 - Indicadores de eficiência político-social

a) Índice de Integralização de Capital (IIC)

Indica o percentual do Capital Subscrito pelos associados que foi Integralizado (pago via cotas-parte) à Cooperativa.

$$IIC = \frac{\text{Valor do Capital Integralizado}}{\text{Valor do Capital Subscrito}} \times 100$$

b) Crescimento do Quadro Social (CQS)

Mede o crescimento do quadro social, ou seja, a participação de maior número de produtores da área de ação da cooperativa.

$$CQS = \frac{No \text{ Ass. } (t)}{No \text{ Ass. } (t-1)} \cdot 100 - 100$$

onde:

$No \text{ Ass}(t)$ = número de associados no ano t;

$No \text{ Ass}(t-1)$ = número de associados no ano anterior (t-1).

c) Participação em Assembléias (PA)

Mede o grau de interesse dos associados em participar e obter informações sobre a estratégia e resultados da empresa cooperativa.

No Assoc. Ult. Assemb.¹

$$PA = \frac{\text{No Assoc. Ult. Assemb.}^1}{\text{No Assoc.}} \times 100$$

Os parâmetros de avaliação são os seguintes:

10% < PA < 30%, situação regular para cooperativas com até 1500 cooperados.

30% < PA < 50%, situação boa, indicando muito interesse e espírito participativo dos associados e um bom trabalho da cooperativa.

PA < 10%, situação ruim, indicando participação passiva dos cooperados.

PA > 95%, situação excelente, indicando muito interesse e espírito participativo dos associados e um bom trabalho da cooperativa. Qualquer que sejam os resultados, o grau de participação é excepcional.

d) Valor do FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educativa e Social) Aplicado (V FATES A)

Indica o valor médio dos recursos deste fundo, destinado a dar aos associados assistência técnica, educacional e social.

$$V \text{ FATES A} = \frac{\text{FATES Aplicado}}{\text{Número Associados}}$$

¹ número de associados presentes na última assembléia (ordinária ou extraordinária)

5.4.4 - Efeitos dos incentivos oficiais recebidos pela CAMIV

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização desta análise, recorreu-se aos arquivos contábeis da CAMIV, principalmente aos balanços anuais, ao livro de "Ata de Reuniões do Conselho Fiscal" e ao livro de "Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária". Os recursos recebidos foram agregados por instituições de origem e por finalidade de uso. Assim, na medida do possível, tais valores foram agrupados segundo as destinações ou finalidades seguintes:

- Investimento
- Custeio
- Comercialização
- Outras finalidades
- Não especificado.

Considerou-se a década de 70 como o período em que mais recursos se destinaram à CAMIV, sendo que, a partir de então, tais montantes reduziram-se de forma acentuada. Por isto, foram feitas comparações dos vários indicadores entre a década de 70 e os anos posteriores, ou seja, a década de 80 e os anos de 1990, 1991 e 1992.

6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo são apresentados e discutidos em três partes:

- Na primeira parte (item 6.1) são analisadas as mudanças ocorridas no patrimônio dos produtores de leite associados à CAMIV, entre os períodos "antes" e "depois" de os mesmos se associarem à referida cooperativa;

- Na segunda (item 6.2), faz-se uma análise dos efeitos da criação do Departamento de Café sobre o índice de evasão de associados na safra e entressafra de leite (de 1986/92) e sobre a situação econômica, financeira e social da Cooperativa, bem como sobre a receita líquida;

- Na terceira parte (item 6.3) são analisados os impactos provocados pelas políticas de incentivos oficiais, via empréstimos financeiros destinados à CAMIV, principalmente na década de 70, sobre o seu desempenho econômico, financeiro e político-social.

6.1 - Avaliação do Patrimônio dos Produtores de Leite da CAMIV por Estratos

6.1.1 - Estrato I

Neste estrato, o comportamento das variáveis analisadas mostra que, de modo geral, a maioria delas sofreu alterações positivas. No entanto, ao longo dos anos, nota-se que também ocorreram mudanças negativas em parte do pa-

patrimônio dos produtores, fato que pode refletir a decadência econômica da atividade leiteira e dos sócios da cooperativa.

Dentre as variáveis que mostraram crescimento positivo (TABELA 7), a que teve maior expansão foi Benfeitorias e Melhoramentos, cuja taxa de crescimento atingiu 210,1%; logo depois vem a variável Máquinas, Equipamentos e Utensílios, que cresceu 115%; a Área Total foi a que apresentou menor crescimento, com apenas 15,9%; mesmo assim, somente alguns produtores incorporaram novas áreas ao seu patrimônio, sendo que, para a maioria, tal variável não se alterou ao longo do tempo. Deve-se salientar que a expansão de área tem ocorrido via compra e até mesmo por herança¹.

TABELA 7 - Valor do patrimônio total dos produtores de leite antes e depois de se associarem à CAMIV:
Estrato I: - preços constantes dez/92.

Variáveis	Área		Animais		Benfeitorias e Melhoramentos (Cr\$ 1.000.000)	Máquinas, Equipamentos e Utensílios (Cr\$ 1.000.000)	Valor do Patrimônio Total (Cr\$ 1.000.000)
	ha	Cr\$ 1.000.000	Cabeça	Cr\$ 1.000.000			
Período							
Antes	982,0	25.604,0	1.176,0	5.984,1	1.309,5	523,7	33.421,3
Depois	1.138,0	28.086,0	1.014,0	5.528,0	4.061,1	1.126,1	38.801,2
Variação Absoluta	156,0	2.482,0	-162,0	-456,1	2.751,6	602,4	5.379,9
% Relação Situa-							
ção Anterior	15,9	9,7	-13,8	-7,6	210,1	115,0	16,1
Médio Antes	70,1	1.820,9	84,0	427,4	93,5	37,4	2.387,2
Média Depois	81,3	2.006,1	72,4	394,9	290,1	80,4	2.771,5

FONTE: Pesquisa direta.

¹ FONSECA (1992), avaliando as condições de posse da terra na área de ação da CAMIV, mostra que 27% dos produtores que produzem até 50 litros de leite (Estrato I) adquiriram parte de suas terras através de herança.

A variável Animais, que representa mais diretamente a fonte de renda dos produtores do Estrato I, sofreu queda ao longo do período analisado. Por exemplo, o efetivo do rebanho leiteiro ou associado a esta atividade, que era de 1.176 cabeças, quando os produtores se associaram à CAMIV, caiu para 1.014 cabeças em 1992. Em termos médios, isto representa uma redução de 84 para 72,4 cabeças por produtor, num decréscimo de 13,8%. Em termos de valor, isto apresenta uma queda de 7,6%. Este fato mostra quanto o setor leiteiro da área de ação da CAMIV tem perdido em capacidade produtiva, uma vez que esta queda entre um período e outro se deu, em grande parte, pela venda ou abate de matrizes.

A TABELA 8 mostra a opinião dos produtores do Estrato I acerca da pecuária leiteira que exploram. Assim, para 100% dos produtores desse estrato a renda oriunda desta atividade ajuda nas despesas da propriedade (mão-de-obra, energia, transportes etc), e também nas despesas familiares. Por outro lado, é expressivo o percentual que conta com esta renda para reinvestir na propriedade (fazer

TABELA 8 - Opiniões dos produtores de leite do Estrato I sobre a atividade leiteira.

Opiniões	Nº de Produtores	%
Renda do leite ajuda nas despesas da propriedade e da família.	14	100,0
Renda do Leite possibilita reinvestir na propriedade.	9	64,3
Renda do leite permite assumir compromissos junto a terceiros.	9	64,3
Leite já teve maior participação na renda.	14	100,0
Produto está com preço ruim.	3	21,4
Produzir somente leite é inviável.	1	7,1

FONTE: Pesquisa direta.

melhorias, reformas, comprar novos animais etc), ou seja, 64,3% usam tais recursos para este fim. O mesmo percentual de produtores afirma contar com a renda da atividade leiteira para assumir compromissos junto a terceiros. Reforçando os resultados obtidos, que demonstram a diminuição de parte do patrimônio dos produtores estudados, 100% disseram que o leite já teve maior participação na renda, 21,4% afirmaram que o produto está com o preço ruim e 7,18% disseram que produzir somente leite é inviável.

6.1.2 - Estrato II

A situação dos produtores de leite do estrato II agravou-se depois que os mesmos se associaram à CAMIV. Através da TABELA 9, nota-se que houve diminuição do número de animais, de 240 para 188 (21,7% a menos), o que representou queda em termos monetários de Cr\$ 203.000.000,00 para o estrato como um todo.

TABELA 9 - Valor do patrimônio total dos produtores de leite antes e depois de se associarem à CAMIV:
Estrato II - preços constantes dez/92.

Variáveis	Area		Animais		Benfeitorias e Melhoramentos (Cr\$1.000.000)	Mág., Equip. e Utensílios (Cr\$1.000.000)	Valor do Patrimônio Total (Cr\$ 1.000.000)
	ha	Cr\$1.000.000	Cabeça	Cr\$1.000.000			
Período							
Antes	232,0	2.960,0	240,0	1.027,0	158,0	987,6	5.132,6
Depois	308,0	5.240,0	188,0	824,0	330,0	3.728,2	10.122,2
Variação	76,0	2.280,0	-52,0	-203,0	172,0	2.740,6	4.989,6
% Relação Situa-							
ção Anterior	32,8	77,0	-21,7	-19,0	108,9	277,5	97,2
Média Antes	116,0	1.480,0	120,0	513,5	79,0	493,8	2.566,3
Média Depois	154,0	2.620,0	94,0	412,0	165,0	1.864,1	5.061,1

FONTE: Pesquisa direta.

As variáveis que medem a situação patrimonial dos produtores, ou seja, os bens móveis e imóveis, tiveram expansão: a variável Benfeitorias e Melhoramentos cresceu 108,9% e Máquinas, Equipamentos e Utensílios aumentou 277,5. Também houve aumento da Área Total em 32,8% (mais que o dobro do estrato I).

Por explorarem as suas propriedades com outras atividades que não só leite (Ver TABELA 26, APENDICE), deduz-se que os produtores do estrato II auferem receitas para fazerem investimentos que acabam implicando na melhoria das instalações ligadas à atividade leiteira. Isto fica claro na coluna Benfeitorias e Melhoramentos.

A pesquisa mostra que os produtores de leite do Estrato II se descapitalizaram, quando se avalia o seu patrimônio pela atividade leiteira, particularmente pela queda na variável Número de Animais. Porém, esta ainda constitui importante meio de renda desses produtores.

A TABELA 10 mostra que as opiniões dos produtores do Estrato II, no que concerne à atividade leiteira, são bem semelhantes às dos produtores do Estrato I.

TABELA 10 - Opiniões dos produtores de leite do Estrato II sobre a atividade leiteira.

Opiniões	No de Produtores	%
Renda do leite ajuda nas despesas da propriedade e da família.	2	100
Renda do Leite possibilita reinvestir na propriedade.	1	50
Renda do leite permite assumir compromissos junto a terceiros.	1	50
Leite já teve maior participação na renda.	2	100
Produto está com preço ruim.	2	100
Produzir somente leite é inviável.	1	50

FONTE: Pesquisa direta

Os dois produtores que compõem o Estrato II responderam que a renda oriunda da venda de leite ajuda nas despesas da propriedade, bem como da família. Esses mesmos cooperados salientaram, porém, que outrora este produto já teve maior participação na renda dos mesmos e também afirmaram que há defasagem no preço do leite recebido. Tal fato, segundo esses pecuaristas, torna inviável explorar somente esta atividade como fonte de renda. Na mesma tabela constata-se que um dos associados considera que a renda do leite é importante para assumir compromissos junto a terceiros, bem como possibilita-lhe reinvestir na propriedade.

6.1.3 - Estrato III

Ao contrário do que vinha acontecendo tanto no Estrato I quanto no Estrato II, onde fica evidente a descapitalização dos produtores de leite no que diz respeito ao efetivo dos animais, no Estrato III ocorre crescimento em todas as variáveis analisadas (TABELA 11).

TABELA 11 - Valor do patrimônio total dos produtores de leite antes e depois de se associarem à CAMIV: Estrato III - preços constantes - dez/92.

Variáveis	Area		Animais		Benfeitorias e Melhoramentos (Cr\$1.000.000)	Máq., Equip. e Utensílios (Cr\$1.000.000)	Valor do Patrimônio Total (Cr\$1.000.000)
	ha	Cr\$1.000.000	Cabeça	Cr\$1.000.000			
Período	ha	Cr\$1.000.000	Cabeça	Cr\$1.000.000			
Antes	911,0	21.256,0	650,0	3.450,7	220,0	88,9	25.031,6
Depois	932,0	21.545,0	691,0	3.695,7	873,0	732,6	26.046,3
Variação	21,0	289,0	33,0	237,0	645,0	643,7	1.014,7
% Relação Situação Anterior	2,3	1,4	5,0	6,9	282,9	724,1	7,2
Média Antes	102,2	4.251,2	131,6	691,7	45,6	17,8	5.006,3
Média Depois	106,4	4.309,0	138,2	739,1	174,6	146,5	5.369,3

FONTE: Pesquisa direta.

Este comportamento evidencia que os produtores pertencentes a este estrato apresentaram melhoria da sua situação patrimonial, apesar de as taxas de crescimento entre os dois períodos serem baixas para algumas variáveis analisadas. Assim, das quatro variáveis analisadas, Área Total cresceu 2,3% em ha e 1,4% em valor; Número de Animais cresceu 5,0%; Benfeitorias e Melhoramentos aumentou 282,9% e Máquinas, Equipamentos e Utensílios teve uma expansão da ordem de 724,1%.

A TABELA 12 mostra as opiniões dos produtores do Estrato III a respeito da atual situação da pecuária de leite, demonstrando que os mesmos parecem ter melhor visão dos problemas que afetam a mesma. Todos os 5 produtores desse estrato disseram que produzir somente leite é inviável, porém, também houve unanimidade ao considerarem a renda de leite como fonte de renda segura, ou seja, que lhes permite assumir dívidas, até certo limite, perante terceiros.

TABELA 12 - Opiniões dos produtores de leite do Estrato III sobre a atividade leiteira.

Opiniões	No de Produtores	%
Produzir somente leite é inviável.	5	100
Renda do leite permite assumir compromissos junto a terceiros.	5	100
Renda do Leite possibilita re-investir na propriedade.	2	40
Produto está com preço ruim.	1	20
Renda do leite ajuda nas despesas da propriedade e da família	5	100
Leite já teve maior participação na renda	5	100

FONTE: Pesquisa direta.

No que concerne aos investimentos feitos no patrimônio ligado à atividade leiteira, 40% dos produtores do estrato III, ou seja, 2 entrevistados, disseram que a renda de leite ajudou-os a fazer novos investimentos na propriedade e um produtor afirmou que o leite estava com preço ruim. Ainda cinco produtores (100%) afirmaram que a renda do leite ajuda nas despesas da propriedade e da família e que o mesmo produto já teve maior participação nas suas rendas.

6.2 - Efeitos da Criação do Departamento de Café

A Criação do Departamento de Café (DC) pela CAMIV, em agosto de 1989, procurou oferecer novos serviços aos associados que ainda não dispunham de canais mais eficientes de comercialização para o café produzido na região de Viçosa. Sendo assim, os objetivos eram prestar um novo tipo de serviço, tentar melhorar a situação econômica e financeira da Cooperativa e diminuir a evasão de produtores de leite no período de safra e, principalmente, na entressafra. No entanto, os resultados da pesquisa mostraram que essas metas não foram atingidas em sua plenitude, particularmente no que concerne à redução da evasão anual (período de safra e entressafra) de produtores depois que se criou o Departamento do Café.

Primeiramente, foi analisado o efeito do DC sobre a taxa de evasão de associados, no período de 1986 a 1992, comparando-se o total e percentuais no período de safra e entressafra; depois, foram avaliadas as repercussões econômicas, financeiras e político-sociais da criação do referido Departamento.

6.2.1 - Efeitos sobre a taxa de evasão dos produtores de leite no período de safra e entressafra: 1986/92

A produção leiteira de Minas Gerais se defronta, anualmente, com dois períodos inteiramente distintos: o período das águas ou safra (outubro a março) quando, geralmente, há abundância de chuvas, as pastagens naturais propiciam ao gado melhores condições de alimentação e se verifica um aumento significativo da produção de leite, e o período de seca, ou entressafra (abril a setembro), quando, devido ao inverno, as pastagens perdem o seu poder nutritivo e a produção cai.

De acordo com a TABELA 13, constata-se que os percentuais de evasão da CAMIV, de 1986/88, ou seja, antes da criação do DC, são bem diferentes nos períodos de safra e de entressafra. Assim, enquanto na safra o percentual médio

TABELA 13 - Produtores evadidos (total e percentagem), antes da criação do Departamento de Café: 1986/88.

Ano	Período do Ano				Total Anual Evadidos
	Safra ¹	%	Entressafra ²	%	
1986	83	43,0	110	57,0	193
1987	57	42,9	76	57,1	133
1988	69	42,3	94	57,7	163
Média 1986/88	70	42,7	93	57,3	163

FONTE: Pesquisa direta.

¹ Período que vai do mês de outubro a março;

² Período que vai do mês de abril a setembro.

de evadidos atinge 42,7% (70 produtores), na entressafra tal percentual eleva-se a 57,3%, ou um total de 93 cooperados ausentes. Já as taxas de fuga de associados não oscilaram muito de um ano para outro, mas mesmo assim expressam percentuais preocupantes, pois isto acarreta à CAMIV sérios ônus nos seus negócios, já que a mesma perde a produção de produtores de leite que optam pelo mercado concorrente, além de fazer com que caia bastante o volume de venda de mercadorias no Setor de Armazém da referida Cooperativa.

Analisando o problema de evasão de associados na safra e entressafra nos anos após a implantação do DC - de 1990 a 1992 - constata-se que a situação piorou ainda mais, em comparação com os anos anteriores.

A TABELA 14 mostra a taxa de evasão dos associados da CAMIV. Na safra, evadem-se, em média, 72 associados (38% da média nos três anos); na entressafra, este número cresce para 120 cooperados, ou seja, em média, 62% do total de evadidos nos anos após a criação do DC.

TABELA 14 - Produtores evadidos (em valores absolutos e relativos), depois da criação do Departamento de Café: 1990/92.

Ano	Período do Ano				Total Anual Evadidos
	Safra ¹	%	Entressafra ²	%	
1990	48	39,7	73	60,3	121
1991	47	37,0	80	63,0	127
1992	122	37,2	206	62,8	328
Média 1990-92	72	38,0	120	62,0	192

FONTE: Pesquisa direta.

¹ Período que vai do mês de outubro a março;

² Período que vai do mês de abril a setembro.

Verifica-se que a maior taxa de evasão ocorreu em 1992, quando 122 produtores não entregaram sua produção à CAMIV (37,2% do total de fuga anual). Também na entressafra, as fugas foram bem acentuadas no mesmo ano, visto que 206 associados não comercializaram sua produção via Cooperativa (62% da evasão média no referido ano).

Os baixos preços do leite pagos aos produtores em 1992 (ver TABELA 27, APENDICE) podem estar relacionadas com essas altas taxas de evasão, pois os agentes intermediários, notadamente no período de entressafra, oferecem maiores preços que a CAMIV, o que leva grande parte dos associados a dar preferência a esses agentes na venda de seu produto.

Deve-se salientar que estes níveis de evasão (mais expressivos na entressafra) podem ser associados a fatores como o preço do leite recebido pelos cooperados. A Tabela 27 do Apêndice, que apresenta os preços médios do litro de leite pagos aos produtores do estado de Minas Gerais - parâmetro utilizado pela CAMIV -, demonstra que no período de entressafra (abril a setembro), no ano de 1992, os preços pagos aos produtores foram menores, se comparados com outros anos anteriores, na mesma época. Assim, *ceteris paribus*, a taxa de evasão de produtores da CAMIV mostra-se influenciada, também, pelo preço do leite.

Esta evasão se evidencia, também, quando se estudam as linhas de leite que compõem a produção dos associados da CAMIV. De acordo com a TABELA 15, as taxas médias de evasão para os três anos antes do surgimento do DC - 1986 a 1988 -, se comparadas às mesmas taxas depois da criação do referido Departamento (1990 a 1992), apresentaram percentuais maiores para as linhas de Porto Firme, Viçosa, Canaã e Teixeiras. Na linha de Ervália, uma das mais afastadas da sede da CAMIV, a taxa de evasão cresceu de 6,0%, antes do DC, para 8,1% depois do mesmo, enquanto que na linha de São Geraldo o aumento foi de 16,8% para 17%; Pedra do Anta registrou a maior taxa de evasão desde a criação do DC, pois saltou de 17,3% (média de 1986/88) para 25,2% nos três anos seguintes (média de 1990/92).

TABELA 15 - Percentagem anual de produtores de leite evadidos da CAMIV por linha de leite: 1986/92¹.

Ano	Linha de Leite							Total de Evadidos % ³
	VIC %	CAN %	POF %	ERV ² %	SAG %	PAN %	TEIX %	
1986	14,5	19,1	13,7	-	16,4	13,6	12,7	90,0
1987	14,5	27,6	19,8	-	15,8	18,4	3,9	100,0
1988	10,6	23,4	13,4	6,0	18,1	20,0	6,4	97,9

Média de Evasão								
Anual	13,2	23,4	15,6	6,0	16,8	17,3	7,7	96,0

1990	8,2	13,7	12,3	4,2	28,8	30,1	2,7	100,0
1991	10,0	18,8	18,8	10,0	10,0	27,4	5,0	100,0
1992	11,8	25,2	14,6	10,2	12,1	18,0	8,1	100,0

Média de Evasão								
Anual	10,0	19,2	15,2	8,1	17,0	25,2	5,3	100,0

FONTE:

¹ O percentual compreende a soma de evadidos, em cada ano, em dois períodos distintos: safra e entressafra;

² Esta linha foi criada em 1988.

³ A soma diferente de 109%, em 1986 e 1988, ocorreu em função de se ter eliminado uma linha de leite, cujos produtores não mais entregaram suas produções à CAMIV nestes anos. Conseqüentemente, a soma da média deste período não dá 100%.

VIC = Viçosa

CAN = Canaã

POF = Porto Firme

ERV = Ervália

SAG = São Geraldo

PAN = Pedra do Anta

TEIX = Teixeira

Na série de anos estudados (1986/92), no período de safra (ou época das águas), *ceteris paribus*, as precárias condições das estradas que cortam os municípios da região de Viçosa podem ser um dos motivos responsáveis pela maior evasão, tendo em vista que grande parte dos produtores de leite que saem da CAMIV nesta época residem nas regiões que abrangem as linhas de Canaã, São Geraldo, Pedra do Anta e Porto Firme, as mais afastadas da sede da Cooperativa, sendo também as que possuem as piores estradas. Saliencia-se ainda que as linhas de leite de maiores contingentes de evadidos (Ervália, São Geraldo e Pedra do Anta) são justamente aquelas que concentram o maior número de cooperados do Setor de Leite da CAMIV.

O problema da evasão, constatado nas Tabelas 13, 14, 15, pode ser caracterizado pelas seguintes situações:

- Parte dos produtores realmente abandonam a Cooperativa e passam a fornecer leite a outros agentes intermediários da região (laticínios das cidades próximas, distribuidores autônomos);
- Grande parte dos produtores que tem sua produção diminuída na entressafra entregam parte da mesma à Cooperativa para não perderem sua cota no período de maiores produções (safra); o restante do leite vai para outros intermediários;
- A grande evasão ocorre porque os agentes intermediários oferecem melhores preços que os da Cooperativa, além dos fretes, que nesta época oneram bastante os custos dos produtores.

De uma maneira geral, a evasão é reflexo da situação da pecuária leiteira local, cujos produtores, na grande maioria descapitalizados, necessitam tirar da atividade leiteira renda para custear parte de sua sobrevivência

e, por isto, submetem-se aos intermediários², principalmente no período das secas (entressafra).

Ao contrário do que se esperava, *ceteris paribus*, a proporção de produtores evadidos aumentou após a criação do DC, mostrando que a iniciativa da CAMIV de diversificar suas atividades não foi capaz de resolver o sério problema da evasão, particularmente no período de entressafra.

6.2.2. - Efeitos sobre a renda líquida da CAMIV

A instalação do Departamento de Café pela CAMIV, em agosto de 1989, demonstrou que a mesma sofreu alterações positivas e que os produtores da região de Viçosa foram os grandes beneficiados.

O ano de 1989 foi tomado como ano referencial, pois foi justamente nele que se iniciou a venda de café, permitindo mostrar que a situação da Cooperativa alterou-se nos aspectos econômico, financeiro e político social após a implantação do Departamento de Café.

As despesas seguiram as mesmas tendências das receitas (ver Tabela 28, Apêndice), tanto nos anos em que a Cooperativa comercializava somente leite, como no período em que passou a vender também o café. Isto prova que o oferecimento de um novo serviço aos associados não onerou as finanças da CAMIV e que a procura de novos serviços que visem à satisfação dos produtores deve prosseguir.

Com base nos dados apresentados na TABELA 16, e tendo em vista a metodologia discutida no Capítulo anterior, pode-se mostrar que as receitas líquidas foram:

$$\frac{RLLC_{t+1} + RLLC_{t+2} + RLLC_{t+3}}{3} > \frac{RLL_{t-1} + RLL_{t-2} + RLL_{t-3}}{3}$$

² Artigo publicado na Folha da Mata de Viçosa (março, 1993) evidenciou que tem ocorrido desvio de produção do leite destinado à CAMIV para outros intermediários da região, que estavam pagando melhores preços e realizando pagamento de leite dentro de menores espaços de tempo, em comparação à referida Cooperativa.

TABELA 16 - Valor da Renda Líquida (RL) da CAMIV (Setor de Leite e Departamento de Café) e saldos: 1986/1992.

Ano ²	Valor da Renda Líquida ¹		
	Setor de Leite Cr\$ 1.000	Departamento de Café Cr\$ 1.000	Saldo Cr\$ 1.000
1986	(-)25.428,0	-	(-)25.428,0
1987	20.018,0	-	20.018,0
1988	20.997,0	-	20.977,0
Média 86 a 88	5.196,0	-	5.196,0
1990	(-) 1.460,0	13.140,0	11.680,0
1991	32.095,0	22.505,0	54.600,0
1992	760,0	17.421,0	18.181,0
Média 90 a 92	10.465,0	17.688,7	28.153,7

FONTE: Balanços Anuais da CAMIV.

¹ A preços constantes de dez/1992.

² Dados do Departamento de Café coletados a partir de 1990.

Substituindo-se as variáveis acima pelos respectivos valores (Tabela 16), obtêm-se:

$$\text{Cr\$ } 28.153.700,00 > \text{Cr\$ } 5.196.000,00$$

Este resultado permite verificar que o DC serviu para compensar os desequilíbrios da atividade leiteira. No agregado, as RL dos três anos antes da instalação do Departamento de Café apresentaram valores inferiores aos veri-

ficados três anos depois do início da comercialização de café.

A Tabela 16 permite ainda constatar a relevância da implantação do DC pois, como se observa, o setor de leite apresentou prejuízos em dois dos seis anos analisados. O valor médio das RL obtidas nos três primeiros anos (de 1986 a 1988) foi de Cr\$ 5.196.000,00, valor esse prejudicado pelo prejuízo verificado em 1986. Porém, nos três anos após o início da comercialização de café - 1990 a 1992 - o valor médio das RL ficou em Cr\$ 10.465.000,00, ou seja, bem maior que a média nos três anos anteriores.

A Renda Líquida (RL) oriunda da comercialização do café foi importante para equilibrar a situação econômica da CAMIV (sem considerar o setor de armazém), pois no ano de 1990, enquanto o setor de leite registrava prejuízo, o setor de café apresentava saldo positivo, cobrindo assim este mau desempenho em 1990 e ainda sendo responsável por parte da RL obtida. Em 1991 e 1992, tanto o setor do leite quanto o DC auferiram RL positivas.

As três atividades que são responsáveis pela sobrevivência econômica da Cooperativa tiveram diferentes desempenhos em termos de Renda Líquida, como mostra a TABELA 17. O setor Armazém participou com Cr\$ 151.713.700,00, em média, das sobras obtidas no período de 1986 a 1988, enquanto o setor de leite, no mesmo período, contribuiu com modestos Cr\$ 5.196.000,00. Após 1990, a dependência da CAMIV do seu posto de revenda de produtos agropecuários (Setor de Armazém) continuou expressiva, porém verificou-se um desempenho menos satisfatório no ano de 1991, quando ocorreu queda brusca nas vendas no setor, levando-o a registrar prejuízos de Cr\$ 127.498.300,00, desestabilizando toda a estrutura econômica e financeira da Cooperativa. Mesmo assim, o valor médio das Rendas Líquidas de 1990 a 1992 ainda foi maior, e a participação do Setor de Armazém apresentou RL média de Cr\$ 170.553.900,00, continuando a ser o responsável pela maior parte das RL da Cooperativa.

A Tabela 17 ainda mostra que o setor de leite ainda continuou a ter desempenho não satisfatório, pois nos

TABELA 17 - Distribuição anual da renda líquida da CAMIV por setores e departamento: 1986 a 1992.

Ano	Renda Líquida Anual ³		
	Setores		Departamento
	Armazém ¹ Cr\$ 1.000	Leite Cr\$ 1.000	Café ² Cr\$ 1.000
1986	135.508,7	(-)25.428,0	-
1987	132.791,2	20.018,0	-
1988	186.894,1	20.997,0	-
Média 86 a 88	151.713,3	5.196,0	-
1990	277.400,0	(-) 1.460,0	13.140,0
1991	(-)127.498,3	32.095,0	22.505,0
1992	361.760,0	760,0	17.421,0
Média 90 a 92	170.553,9	10.465,0	17.688,7

FONTE: Balanços Anuais da CAMIV.

¹ Inclui renda líquida do posto de gasolina, até 1987, e de aluguéis de 1986 a 1992.

² Dados do Departamento de Café coletados a partir de 1990.

³ A preços constantes de dezembro de 1992.

anos de 1990 a 1992, apesar de aquele setor ter obtido as maiores receitas brutas da CAMIV, nesse período (ver TABELA 29, Apêndice) gerou o menor percentual de participação nas rendas líquidas dentre todas as outras atividades da CAMIV, com valor médio de Cr\$ 10.465.000,00, sendo superado pelo DC, recém criado, cuja participação atingiu em média Cr\$ 17.688.700,00.

6.2.3 - Efeitos sobre os indicadores de eficiência da cooperativa

a) Desempenho econômico

Através da TABELA 18 pode-se constatar a evolução dos principais indicadores de eficiência econômica da Cooperativa: no período de 1986 a 1988, o Faturamento por Associado (FA) teve um valor médio de Cr\$ 85.915,00, mas o destaque ficou para o ano de 1987, cujo valor ficou em Cr\$ 115.329,00, o maior valor registrado no período 1986/1988. Este ano coincide com o ano em que o preço do leite tipo C esteve nos seus melhores níveis (Ver TABELA 27, APENDICE), o que possibilitou aos produtores efetuarem maiores compras de insumos e outros produtos agropecuários.

TABELA 18 - Indicadores de avaliação da eficiência econômica da CANIV, antes e depois da implantação do Departamento de Café: 1986/88 e 1990/92.

Ano	Índices Econômicos				
	Faturamento por Associado (FA) ¹ Cr\$	Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL) %	Margem Bruta (MB) %	Imobilização do Capital de Giro (ICG) %	Retorno sobre os Investimentos (RSI) %
1986	69.292,00	11,7	1,8	35,4	5,4
1987	115.329,00	14,9	4,7	23,7	8,3
1988	73.124,00	14,9	4,2	48,5	8,3
Média	85.915,00	13,8	3,6	35,9	7,3
1990	198.174,00	42,2	5,4	27,1	19,9
1991	10.248,00	10,0	0,3	7,2	1,4
1992	217.810,00	95,5	6,5	0,7	33,5
Média 90/92	142.077,30	49,2	4,1	11,7	18,3

FONTES: Pesquisa direta.

¹ A preços constantes de dez/1992

A Margem Bruta (MB) alcançou seu auge no ano de 1987 (4,7%), sendo a maior taxa do período antes de 1989 e situando-se acima da média, de 3,6%. No entanto, esta margem bruta esteve bem abaixo do valor médio recomendado para cooperativas de produção do setor agrícola que, segundo OLIVEIRA JÚNIOR (1991), deveria ser de 25%¹. Para o período posterior a 1989, ou seja, após o início da comercialização de café pela CAMIV, a MB geral elevou-se um pouco e alcançou média de 4,1%, acima do período anterior (1986/1988). De maneira geral, o Faturamento por Associado mostrou-se oscilante, com o menor valor ocorrendo em 1991 (Cr\$ 10.248,00). Isto pode estar indicando uma debandada de cooperados da CAMIV no sentido de não mais consumirem os produtos agropecuários do Setor de Armazém, principalmente no período de entressafra do leite; pode também ter ocorrido em função do prejuízo verificado no Setor de Armazém neste mesmo ano, fato esse que repercutiu bastante na situação econômica e financeira da Cooperativa e que influenciou o desempenho dos vários indicadores da mesma naquele ano.

Observa-se ainda na Tabela 18 que a taxa de Retorno Sobre os Investimentos (RSI) apresentou percentual médio de 7,3% no período 1986/1988, superando o índice de remuneração da poupança oficial de 6% ao ano. Nos anos posteriores à instalação do DC, tal índice elevou-se para 18,3%, evidenciando uma sustentável elevação dos retornos sobre os recursos investidos na Cooperativa. No entanto, os dirigentes devem ficar atentos para o fato de que tal indicador não possa caracterizar a Cooperativa como uma empresa privada, pois este posicionamento denotaria uma exploração dos cooperados pela Cooperativa; por outro lado, não podem deixar de almejar ganhos reais que permitam à CAMIV ser viável economicamente, a fim de que possa assumir os seus compromissos e ter uma situação econômico-financeira estável.

A Imobilização de Capital de Giro (ICG), entendida aqui como sendo os recursos que deveriam ser aplicados na

¹ No caso da CAMIV, como a mesma é Cooperativa de Comercialização, estes menores percentuais de margem bruta se justificam.

Cooperativa a fim de permitir-lhe levar à frente o processo produtivo ou de prestação de serviços, teve uma taxa média de 35,9% até 1988. A média ideal de Imobilização de Capital de Giro está na faixa de 20% a 30%, segundo OLIVEIRA JÚNIOR (1991) e, portanto, a Cooperativa está apresentando um valor um pouco acima do recomendado.

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL) apresentou bom desempenho, tendo em vista que este indicador triplicou nos anos de 1990 a 1992, quando apresentou uma taxa de 49,2%. Porém, deve-se salientar que a Cooperativa pode estar destinando grande parte das sobras às reservas e fundos e não rateando-o com os associados na proporção dos seus negócios com a mesma, o que pode estar desestimulando os associados pelo fato de não receberem os retornos de suas transações com a Cooperativa. O valor médio do FATES aplicado (ver Tabela 20), que mostra a queda de recursos gastos na assistência aos associados da CAMIV, reforça a hipótese de retenção de sobras além do normal.

b) Desempenho financeiro

O desempenho financeiro da CAMIV apresentou forte relação com seu desempenho econômico e, na maioria dos indicadores, a boa ou má performance econômica repercutiu na mesma direção sobre eficiência financeira.

Como se vê na TABELA 19, o Índice de Liquidez Corrente (ILC) esteve acima da unidade em todos os anos analisados, à exceção do ano de 1987. Comparando-se as situações de liquidez da CAMIV antes e depois da criação do DC, verifica-se que a Liquidez Corrente média, depois de 1989, mostrou-se superior à média desse mesmo índice no período de 1986/1988, passando de 1,13 para 1,37. Este resultado indica que a CAMIV tinha em dinheiro Cr\$ 1,13 para cada cruzeiro de dívida no curto prazo antes de começar a vender café e que, posteriormente, a mesma passou a possuir Cr\$ 1,37 para cada cruzeiro de dívida, o que mostra uma melhora na liquidez após a criação do DC. Porém, considerando-se que o Índice de Liquidez Corrente satisfatório está entre 1,50 e

TABELA 19 - Indicadores de avaliação da eficiência financeira da CAMIV, antes e depois da implantação do Departamento de Café: 1986/88 e 1990/1992.

Indicadores Financeiros						
Ano	Índice de Liquidez Corrente (ILC) (Cr\$)	Índice de Liquidez Seca (ILS) (Cr\$)	Endividamento Total de CP e LP (ET _{CP-LP}) %	Grau Invest. Capital de Terceiros a CP (GIT _{CP}) %	Giro de Estoque (GE) Vezes/dias/Ano	Grau de Endividamento Próprio (GRP) %
1986	1,20	0,64	54	54	5,49	65
1987	0,95	0,64	40	40	4,26	84
1988	1,25	0,99	41	41	4,48	80
Média 86/88	1,13	0,75	45	45	4,75	76
1989	1,31	0,94	43	43	2,58	179
1990	1,49	1,03	47	47	5,81	62
1991	1,08	0,75	86	86	4,02	89
1992	1,52	1,16	65	65	2,22	162
Média 90/92	1,37	0,98	66	66	4,02	104

Fonte: Pesquisa direta.

1,75, constata-se que a Cooperativa somente esteve nesse intervalo no ano de 1992 (ILC de Cr\$ 1,52), tendo chegado bem próximo disto em 1990, com 1,49. A pior situação do referido índice ocorreu em 1987, quando o mesmo ficou em Cr\$ 0,95. Apesar de a CAMIV ter apresentado ILC's que podem ser considerados regulares ou estáveis³ no período de estudo

³ Em estudos realizados em cooperativas laticinistas de Minas Gerais, JENTZSCH (1978) achou ILC's que variaram de 0,4 a 1,42 em 1974; 0,53 a 3,26 em 1975 e 0,38 a 2,23 em 1976. A mesma autora afirma que nas Cooperativas com valores anormalmente altos para o ILC (acima de 1,75), poderiam estar ocorrendo fundos ociosos, estoques obsoletos e/ou recebíveis em demasia.

considerado, deve-se ressaltar que esses índices ainda exigem dos dirigentes da mesma constante atenção, pois com tal liquidez a Cooperativa pode, a qualquer momento, comprometer sua situação financeira e ter de recorrer a recursos de terceiros para assumir seus compromissos de curto prazo.

A Tabela 19 mostra também que o Índice de Liquidez Seca (ILS), ou seja, aquele que não inclui os estoques existentes na cooperativa, antes da criação do Departamento de Café, apresentou valores que, na média, estão na faixa considerada boa (0,75 a 1,00). Após a criação do DC, o ILS apresentou boa situação nos três anos analisados (1990 a 1992). As médias do Índice de liquidez Seca a curto prazo antes e depois do DC (0,75 e 0,98, respectivamente) evidenciam a boa situação da CAMIV, que não necessitou vender estoques no curto prazo para saldar dívidas, embora deva ser ressaltado que nos anos de 1986 a 1987, esse índice ficou abaixo do mínimo considerado como satisfatório. Em compensação, nos 1990 a 1992, o ILS médio ficou em 0,98, próximo do limite superior de uma situação de ILS boa.

O Endividamento Total de Curto e Longo Prazos ($ET_{CP/LP}$) ficou na média de 45% no período de 1986 a 1988 e 66% de 1990 a 1992, o que vale dizer que ao longo dos dois períodos estudados a CAMIV passou a usar mais recursos de terceiros, a curto e longo prazos, para assumir seus compromissos. Este indicador atingiu sua mais alta taxa em 1991, com percentual de 86%, em função do péssimo desempenho econômico do Setor Armazém, que apresentou grande prejuízo e comprometeu a situação econômica e financeira da Cooperativa.

Os resultados sobre as alterações no giro dos estoques, ainda na Tabela 19, evidenciaram a dificuldade da CAMIV em renovar suas mercadorias, pois tais intervalos estiveram distantes do satisfatório. Assim, a Cooperativa, nos anos antes do DC, tinha média de 76 dias para renovar seus estoques (ou 4,75 vezes ao ano), valores estes bem fora dos parâmetros considerados satisfatórios.

No período de 1990 a 1992, ou seja, após a implantação do DC, o problema agravou-se ainda mais, já que au-

mentou o número de dias para renovar os estoques, diminuindo a frequência de giro dos mesmos. No ano de 1992 constatou-se o pior desempenho de venda das mercadorias da CAMIV na série de anos estudados, pois os estoques giraram em média 2,22 por ano (ou 162 dias necessários para renová-lo). Apesar de o ano de 1991 ter registrado prejuízo no Setor de Armazém da CAMIV (ver Tabela 17), o seu giro de estoque ficou em 4,02 vezes, evidenciando um desempenho acima da média do período 1990/92. No entanto, isso pode estar revelando que, mesmo com esses valores, certamente os preços das mercadorias que giraram com maior velocidade estavam defasados e, quando eram recebidos, os valores já não eram suficientes para renovar os estoques, causando o prejuízo que se verificou no referido ano. Outra suposição é que as mercadorias que foram vendidas, apesar do giro do estoque mais intenso (4,02 vezes)⁴, não representavam montantes relevantes e nem contribuíram de forma significativa para a geração de sobras mais volumosas.

O Grau de Endividamento Próprio (GEP) mostra que a CAMIV foi mais dependente de recursos de terceiros: os percentuais da Tabela 19 confirmam esta suposição, já que nos anos antes da criação do DC, os recursos próprios representaram, em média, 41,7% das necessidades da Cooperativa, tendo essa proporção se reduzido para 34% depois da criação do referido Departamento. Tais percentuais mostram uma certa descapitalização da Cooperativa e também dos seus associados ao longo dos anos pesquisados, tornando a mesma mais vulnerável a juros altos quando necessita recorrer a financiamentos junto a instituições financeiras.

c) Desempenho político-social

As alterações ocorridas na CAMIV após a instalação do DC melhoraram a situação da Cooperativa no que diz res-

⁴ NASCIMENTO (1990) encontrou na Cooperativa Agrícola de Luz - Minas Gerais - os seguintes valores para os giros de estoques: 10,3; 12,5; 11,6 e 9,4 vezes para os anos de 1986, 1987, 1988 e 1989 respectivamente.

peito a alguns indicadores político-sociais, como mostra a TABELA 20.

TABELA 20 - Indicadores de avaliação da eficiência político-social da CAMIV, antes e depois da implantação do Departamento de Café: 1986/1988 e 1990/1992

Principais Indicadores Político-Sociais				
Ano	Índice de Integralização de Capital (ICC) %	Crescimento do Qdr. Social (CQS) %	Participação em Assembléias (PA) %	Valor Médio do PATES aplicado ¹ (Cr\$)
1986	81	0,5	1,3	78.773,00
1987	66	0,9	0,7	128.295,00
1988	87	2,7	1,1	150.731,00
Média	78	1,4	1,0	119.266,00
1989	92	1,4	0,8	216.592,00
1990	93	2,5	0,7	101.328,00
1991	87	1,9	0,7	5.071,00
1992	90	0,3	0,7	20.410,00
Média de 90 a 92	90	1,6	0,70	42.270,00

Fonte: Balanços Anuais da CAMIV.

¹ A preços constantes de Dez/1992

O Índice de Integralização de Capital (IIC) alcançou percentuais elevados, com médias de 78,0% no período 1986/88 e de 90,0% após a comercialização de café (1990/92). Há de se salientar que a integralização de cota dos associados geralmente é descontada no valor da produção

entregue à Cooperativa. Presume-se que os altos percentuais de integralização verificados a partir de 1989 ocorreram mais em função da iniciativa da direção da CAMIV do que propriamente da conscientização dos produtores para legalizarem suas cotas.

Concernente ao Crescimento do Quadro Social (CQS), verifica-se que o incremento de novos cooperados até 1989 estagnou-se, com média de 1,4% entre 1986 e 1988 e um ligeiro crescimento (2,7%) em 1988. A partir de 1989, com o início da venda de café por parte da Cooperativa, houve maior ingresso de novos associados, a maioria deles produtores de café, e entre 1990 e 1992 o percentual médio de ingresso na mesma subiu para 1,6%, um pouco acima da média dos anos anteriores.

Deve-se ressaltar que a criação do DC dinamizou a CAMIV, principalmente em termos de diversificação de associados, pois antes da implantação do mesmo, 100% dos produtores atuantes eram fornecedores de leite; depois da criação do referido Departamento, este panorama mudou e, atualmente, os produtores de café representam cerca de 25% do total de cooperados atuantes, ou seja, dos cerca de 400 produtores associados da CAMIV, 100 são produtores de café.

O valor médio do FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social) Aplicado vem confirmar a pouca atenção dada à assistência aos associados pela Cooperativa. Apesar desse fundo absorver 10% das sobras da CAMIV, não se observou, ao longo dos anos estudados, o uso de tal fundo em prol de melhorias aos produtores. Assim, valor médio do FATES no período 1986/88 foi de Cr\$ 119.266,00. Após a instalação do Departamento de Café (período 1990/92), esta média se reduziu para Cr\$ 42.270,00 por associado. Há necessidade de se reorientar os fundos do FATES aos seus reais objetivos, pois até então os mesmos não estão sendo utilizados de maneira a atender os produtores e satisfazer seus interesses como associados.

O isolamento e desinteresse de grande contingente de associados se torna evidente quando se analisa o comparecimento dos mesmos às assembleias. A Tabela 20 mostra que quaisquer que sejam os motivos das reuniões, a taxa de com-

parecimento às assembleias não se altera muito e a média de participação no período de 1986/88 foi de apenas 1% do total de associados (atuantes e não atuantes). Após a criação do DC (1990/92), a situação piorou ainda mais e a média caiu para 0,7%.

Desse modo, evidencia-se que a relação dos associados com a CAMIV tornou-se meramente um intercâmbio comercial, onde o interesse maior dos sócios centraliza-se na comercialização de seus produtos, ficando num segundo plano os destinos tomados pela Cooperativa, uma vez que os associados não se sentem responsáveis e nem cobram dos administradores os compromissos por eles assumidos quando foram eleitos.

6.3 - Efeitos dos Empréstimos Recebidos de Órgãos Oficiais

A análise da utilização dos recursos obtidos pela CAMIV, principalmente na década de 70, mostra a influência de tais empréstimos para um melhor desempenho da mesma nos aspectos econômicos, financeiros e político-sociais. Constatou-se também que, após a década de 70, as fontes e os recursos escassearam, o que alterou os bons resultados que a Cooperativa apresentara até o final dos anos 70.

6.3.1 - Alocação dos recursos oficiais recebidos

De maneira geral, como mostra a TABELA 21, os recursos destinados à CAMIV se concentraram essencialmente na década de 70 e se destinaram a vários objetivos, como investimento, custeio, assistência técnica e outras finalidades.

Os financiamentos que a Cooperativa conseguiu no ano de 1969, no valor de Cr\$ 941.167,00, foram utilizados para a compra de parte dos equipamentos da fábrica de ração e para compra de uma ensiladeira.

TABELA 21 - Distribuição dos empréstimos recebidos pela CAMIV de órgãos oficiais, de 1969 a 1992
Preços constantes dez/1992.

Finalidade dos Recursos Recebidos (Cr\$ 1.000,00)						Valor	
Ano	Investimento	Custeio	Assist. Técnica	Não Especificado	Total	%	
1969	941.167,0	-	-	-	941.167,0	12,1	
1970	-	-	-	384.954,0	384.954,0	5,0	
1971	871.489,0	3.613.877,0	-	-	4.485.366,0	57,8	
1972	44.600,0	-	-	-	44.600,0	0,6	
1973	326.087,0	878.261,0	304.348,0	-	1.508.696,0	19,5	
1974	-	-	-	101.532,0	101.532,0	1,3	
1975	-	-	204.417,0	9.571,0	213.988,0	2,8	
1981	-	-	76.104,0	-	76.104,0	0,9	
.	
.	
.	
1992	
TOTAL	2.183.343,0	4.492.138,0	584.869,0	496.057,0	7.756.407,0	100,0	

Fonte: Pesquisa direta.

No ano de 1971 a Cooperativa recebeu grandes volumes de recursos, que representaram 57,8% do total de empréstimos conseguidos desde aquele ano até 1981. Esses recursos se destinaram à instalação da fábrica de ração, explorada conjuntamente com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), à instalação do abatedouro avícola e a uma parte dos equipamentos para o laticínio, também em sociedade com a referida Universidade. Os recursos para custeio geralmente foram usados para compra de milho, soja e outros insumos utilizados na produção de ração.

Também em 1973, o total de financiamentos destinados à CAMIV constituiu cerca de 19,5% dos empréstimos recebidos e se destinaram à compra de um caminhão-tanque para transporte de leite e um trator.

Nos outros anos, os montantes dos empréstimos à Cooperativa continuaram a ter um certo fluxo, durante a década de 70 e até 1981, porém, os volumes foram bem menores.

Os capitais concedidos à CAMIV nos anos 70 a 81 foram provenientes de instituições bancárias ou de outros órgãos ligados aos governos federal e estadual. Constata-se na TABELA 22 que dos órgãos públicos federais que repassaram empréstimos à CAMIV, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC (extinto em 1990) foi o principal, tendo fornecido 69,8% dos valores recebidos, mostrando que este banco foi o grande responsável pelo fomento à CAMIV no período analisado.

TABELA 22 - Valor dos recursos recebidos pela CAMIV, por fonte financiadora e por finalidade preços constantes de dez/1992.

Finalidade dos Recursos (Cr\$ 1.000,00)	Fontes Financiadoras							Total	%
	BNCC	BB	BENGE	CENGE	INCRA	BCRNG	Não Especificado		
Investimento	1133421,0	733393,0	108696,0	207833,0	-	-	-	2183343,0	27,8
Custeio	4048660,0	543478,0	-	-	-	-	-	4592138,0	58,5
Outros	304348,0	-	-	-	204417,0	76104,0	-	584869,0	7,4
Não Especificadas	-	-	-	-	-	-	496057,0	496057,0	6,3
Total	5486429,0	1276871,0	108696,0	207833,0	204417,0	76104,0	496057,0	7856407,0	100,0
%	69,8	16,3	1,4	2,7	2,6	0,9	6,3	100,0	-

FONTE: Balanços Anuais da CAMIV.

BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo (extinto)
 BB - Banco do Brasil
 BENGE - Banco do Estado de Minas Gerais
 CENGE - Caixa Econômica de Minas Gerais (extinto)
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 BCRNG - Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

O Banco do Brasil contribuiu com 16,3% dos recursos recebidos pela cooperativa e os bancos oficiais mineiros responderam por 5% do volume de empréstimos, com destaque para a Caixa Econômica de Minas Gerais (CEMGE), cuja participação foi de 2,7% do total. O Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) repassou à Cooperativa 2,6%, mais direcionados ao auxílio de assistência técnica e de parte dos custos administrativos da mesma.

6.3.2 - Mudanças ocorridas nos indicadores de eficiência econômica, financeira e político-social: 1969/1992

Esta parte do trabalho procura mostrar que os empréstimos concedidos à CAMIV através de instituições bancárias e outros órgãos oficiais tiveram efeitos sobre o crescimento da Cooperativa como um todo, principalmente na década de 70, abrangendo os seus aspectos econômicos, financeiros e político-sociais.

a) Mudanças nos indicadores político-sociais

A avaliação do desempenho da CAMIV no aspecto político-social constatou que dos quatro indicadores estudados (TABELA 23), três foram melhores na década de 70. Dessa maneira, observa-se que o Índice de Integralização do Capital (IIC) apresentou percentual mais elevado na década de 70 (85,4%) e menor na década de 80 (83%). Porém, tal índice costuma ser mais elevado se a diretoria da Cooperativa tem um controle mais eficiente do quadro social.

O valor do FATES (Fundo de Assistência Técnica) Aplicado na década de 70 foi menor que o investido na década de 80 e parte da de 90. Tal acontecimento pode ser justificado pelo fato de a CAMIV, na primeira década em estudo, ter distribuído mais as sobras operacionais em comparação aos anos 80. Porém, o valor do FATES Aplicado não foi distribuído de maneira homogênea entre os produtores na década de 80 "vis à vis" a década de 70.

TABELA 23 - Indicadores de avaliação da eficiência político-social da CAMIV: 1969 a 1992.

Indicadores de Eficiências Político-Social				
Ano ¹	Índice de Integralização do Capital (IIC) %	Valor Médio do FATES ² Aplicado (VFATES A) Cr\$	Crescimento do Quadro Social (CQS) %	Participação em Assembléias (PA) %
1969	-	-	-	-
1970	-	-	12,1	4,3
1971	-	105.720	24,6	16,6
1972	-	90.388	26,1	5,5
1973	87	74.709	10,1	4,6
1974	87	52.429	2,6	2,7
1975	84	96.688	0,3	1,1
1976	84	90.360	6,4	6,1
1977	87	87.819	1,1	1,5
1978	84	72.406	2,9	4,5
1979	85	83.940	0,9	4,6
Média	85,4	84.718	10,31	5,2
1980	86	-	0,8	3,6
1981	80	-	1,0	1,1
1982	-	-	0,1	1,4
1983	-	-	0,2	3,0
1984	-	-	0,5	1,1
1985	68	100.702	0,5	1,4
1986	81	78.773	0,5	1,3
1987	66	128.295	0,9	0,7
1988	87	150.731	2,7	1,1
1989	92	216.592	1,4	0,8
1990	93	101.328	2,5	0,7
1991	87	5.071	1,9	0,7
1992	90	20.410	0,3	0,7
Média	83	100.238	1,02	1,4

NOTA: Balanços Anuais da CAMIV.

¹ Dados não disponíveis nos anos com espaços em branco.

² A preços constantes de dez/92.

O Crescimento do Quadro Social (CQS) apresentou elevadas taxas de ingresso de novos associados, principalmente entre os anos de 1970 e 1973, e a média desse período (década de 70) ficou em 10,31%, bem superior aos anos 80 e parte de 90, cujo crescimento caiu vertiginosamente e estacionou em modestos 1,02%. Existe uma coincidência entre o desempenho deste índice com a situação da atividade econômica do país e com os incentivos oficiais recebidos, pois, no caso da CAMIV, quando esses acabaram, a saída de produtores acentuou-se. No entanto, mais recentemente, com a criação do Departamento de Café, em agosto de 1989, o percentual de incremento de novos associados reagiu um pouco, mas ainda são bem reduzidas as novas adesões, se comparadas à década de 70.

Um maior número de associados assistia às assembleias na década de 70 (5,2%), como mostra a Tabela 23, enquanto no período 1980/92 essa participação foi bem menor, com 1,4%. Isto demonstra que os associados raramente vão às assembleias e os seus laços com a CAMIV só se evidenciam na comercialização de excedentes de produção, bem como na compra de insumos e produtos agropecuários.

b) Mudanças nos indicadores econômicos

Os empréstimos concedidos à CAMIV durante a década de 70 refletiram positivamente no seu desempenho econômico, como se constata comparando-se esse desempenho com o verificado a partir do início dos anos 80 até 1992.

Através da TABELA 24, nota-se que a Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL) nos anos 70 foi menor que nos anos 80 e parte dos 90. Esse comportamento pode ser explicado pela maior distribuição das sobras operacionais entre os associados ocorrida no período 1970/1979, o que fez diminuir as destinações para os fundos e reservas, os quais, por serem importantes contas do patrimônio líquido, acabam por influenciar na rentabilidade do mesmo.

TABELA 24 - Indicadores de eficiência econômica da CANIV: 1969 a 1992.

Indicadores da Avaliação da Eficiência Econômica				
Ano ¹	Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL) %	Grau de Imobilização do Capital de Giro (ICG) %	Faturamento por Associados (FA) ² Cr\$	Retornos Sobre os Ativos (RSA) %
1969	4,8	0,9	17.019	1,9
1970	47,2	14,0	771.531	20,2
1971	42,7	21,8	1.329.922	15,2
1972	21,7	31,9	701.515	6,3
1973	1,9	54,6	83.935	1,3
1974	8,7	41,7	124.835	5,3
1975	23,9	18,2	438.748	15,1
1976	25,1	18,6	404.075	16,5
1977	5,3	29,1	72.525	3,9
1978	8,4	23,1	87.987	4,9
1979	12,7	18,4	182.181	8,8
Média	18,5	24,2	383.116	9,0
1980	9,3	38,5	94.193	5,5
1981 ²	-	-	-	-
1982 ²	-	-	-	-
1983 ²	-	-	-	-
1984 ²	-	-	-	-
1985	18,8	39,7	151.919	10,3
1986	11,7	35,4	69.292	5,4
1987	14,9	23,7	115.329	8,3
1988	14,9	40,5	73.124	8,3
1989	21,2	44,0	235.332	12,1
1990	43,2	39,1	198.174	19,9
1991	10,0	7,2	10.248	1,4
1992	95,5	0,7	217.810	33,5
Média	26,5	29,4	129.491	11,6

FONTE: Balanças Anuais da CANIV.

¹ Dados não disponíveis.² Preços constantes de dez/1992.

Nos anos de 1980/1992, as necessidades de manter a liquidez da Cooperativa fizeram com que as sobras operacionais conseguidas fossem destinadas aos fundos e reservas na sua totalidade. Com isto, quase nada foi redistribuído aos associados. Assim, na década de 70, tal rentabilidade foi de 18,5%, enquanto que na década de 80 e início dos anos 90 a rentabilidade ficou em 26,5%.

A Imobilização de Capital de Giro - ICG - (Tabela 24) apresentou uma média menor (24,2%) na década de 70 em comparação a de 80, quando essa média evoluiu para 29,4%. Isto ocorreu porque os recursos obtidos dos órgãos oficiais foram destinados à atividade produtiva. Porém, a partir de meados da década de 70, vários tipos de ativos reais (móveis e imóveis, máquinas, equipamentos, veículos, tratores) foram vendidos a fim de gerar recursos para saldar compromissos junto a terceiros.

O amadurecimento dos investimentos em bens de produção, o crescente número de associados e a multiplicidade de atividades desenvolvidas pela CAMIV até meados dos anos 70 elevaram as médias de Faturamento por Associado a mais que o dobro daquelas verificadas nos anos 80 e parte dos anos 90. Ou seja, observou-se que o FA, cuja média era de Cr\$ 383.116,00 no período 1970/1979, reduziu-se para Cr\$ 129.491,00 no período 1980/1992. Esta queda pode ser explicada porque a CAMIV teve, a partir de meados dos anos 70, vários setores desativados por se tornarem antieconômicos para a Cooperativa. Com isso, a CAMIV diminuiu suas atividades, o que a levou a apresentar problemas financeiros e sociais, colocando-a num processo de estagnação.

O Retorno Sobre os Ativos (RSA) ou sobre os investimentos apresentou média na década de 70 um pouco menor (9%) que da década de 80 (11,6%). Deve-se salientar que nos anos 70 as taxas de inflação foram bem mais baixas que nos anos 80, o que permite deduzir que os retornos sobre os investimentos feitos pela CAMIV tinham se realizado a taxas mais rentáveis que aquelas verificadas nos anos 80 e parte dos anos 90, e que a distribuição dos percentuais de retorno também foi mais homogênea no caso dos anos 70, "vis à vis" os anos 80.

c) Mudanças nos indicadores financeiros

A situação financeira da CAMIV (TABELA 25) andou a reboque do desempenho econômico e mostrou que a mesma teve melhores condições de arcar com seus compromissos perante terceiros e mesmo cobrir os empréstimos feitos durante a década de 70.

TABELA 25 - Indicadores de eficiência financeira da CAMIV: 1969 a 1992.

Indicadores da Eficiência Financeira					
Ano ¹	Grau de Endividamento Próprio (GEP) ou Índice de Capitalização (IC) %	Grau de Investimento de Terceiros e Curto Prazo (GICT _{CP}) %	Endividamento Total a Curto e Longo Prazos (ET _{CP/LP}) %	Índice de Liquidez Corrente ou Comum (ILC) Cr\$	Índice de Liquidez Seca (ILS) Cr\$
1969	40	56	60	1,45	1,44
1970	43	27	57	2,83	2,39
1971	35	28	65	2,82	2,49
1972	29	11	71	3,46	2,49
1973	34	28	66	1,47	1,08
1974	61	24	39	2,10	1,59
1975	63	24	37	2,39	2,39
1976	66	24	34	2,86	2,09
1977	74	26	26	2,55	1,73
1978	58	42	42	1,76	1,26
1979	55	32	45	1,88	1,20
Média	50,7	29,3	49,3	2,32	1,86
1980	60	40	40	1,53	1,07
1981 ²	56	-	44	-	-
1982 ²	-	-	-	-	-
1983 ²	-	-	-	-	-
1984 ²	-	-	-	-	-
1985	54	46	46	1,32	0,80
1986	46	54	54	1,20	0,64
1987	20	40	40	0,95	0,64
1988	58	41	41	1,25	0,99
1989	57	43	43	1,31	0,94
1990	53	47	47	1,49	1,04
1991	14	86	86	1,09	0,75
1992	35	65	65	1,53	1,16
Média	45,3	51,3	50,6	1,30	0,89

Fonte: Balanços Anuais da CAMIV.

² Em 1981, parte dos dados não disponível; de 1982 a 1984, nenhum dado disponível.

O Grau de Endividamento Próprio (GEP), até meados dos anos 70 (50,7%), foi maior que aquele verificado nos anos 80 e parte dos anos 90 (45,3%).

O Grau de Investimento de Capital de Terceiros de curto prazo (GICT_{CP}), com recursos adquiridos das institui-

ções federais, na maioria das vezes para pagamento a longo prazo (acima de 1 ano), apresentou uma média de 29,3% de 1970 a 1979. Nos anos de 1980 a 1992, o percentual médio situou-se em 51,3%, evidenciando que a CAMIV necessitou recorrer a empréstimos de terceiros para saldar seus compromissos, ficando sujeita às altas taxas de juros do mercado financeiro nesse período. Quanto aos empréstimos recebidos, tanto os de curto prazo quanto os de longo prazo, ou seja, o Endividamento Total a curto e longo prazos (ET_{CP/LP}), observa-se um percentual semelhante nas duas décadas, com ligeira elevação na década de 80 e parte dos anos 90. Enquanto o endividamento da CAMIV era de longo prazo, principalmente na década de setenta, ocorreu o contrário na década de oitenta, pois a maioria dos recursos obtidos era para financiar capital de giro para cumprir compromissos com fornecedores sem onerar as finanças da Cooperativa. Tais recursos, obtidos de bancos oficiais, tinham seu vencimento a curto prazo. Desse modo, em duas décadas sob ambientes econômicos diferentes, os endividamentos de curto e longo prazos apresentaram praticamente as mesmas médias: 49,3% na década de setenta e 50,6% nos anos 80 e início de 90.

Por causa do bom desempenho econômico, de 1970 a 1979 a CAMIV apresentou alto Índice de Liquidez Corrente (ILC), como consta na Tabela 25, com média dos anos setenta situando-se Cr\$ 2,32. Isto significa que, nesse período, para cada cruzeiro que a Cooperativa devia, tinha em caixa Cr\$ 1,32 de excedente, o que demonstra uma excelente estabilidade financeira. No entanto, estes altos valores também poderiam ter revelado o uso antieconômico de recursos, tanto próprios quanto de terceiros, mostrando uma certa falta de preparo dos dirigentes para estender tal situação favorável por um período maior. No período de 1980 a 1992, porém o ILC se reduziu para 1,30, devido talvez ao quadro recessivo brasileiro, que afetou financeiramente a Cooperativa. Este valor indica uma queda brusca da atividade econômica da CAMIV, refletindo-se sobre a situação de liquidez de maneira geral.

Pelo exposto anteriormente, e com os dados das Tabelas 21 e 22, conclui-se que de fato a década de 70 foi o período em que a CAMIV usufruiu de expressivas somas de recursos de instituições e órgãos oficiais. Esses empréstimos foram aplicados, na sua maioria, na infra-estrutura e na compra de matérias-primas e proporcionaram à Cooperativa uma ótima performance, principalmente até meados da década de setenta.

7 - CONCLUSÕES E SUGESTÕES

7.1 - Conclusões

Os resultados apresentados permitem formular as seguintes conclusões:

- Verificou-se aumento no patrimônio dos produtores de leite associados à CAMIV, porém, os associados pertencentes ao estratos I e II se descapitalizaram, no que diz respeito ao item animais. Ao mesmo tempo, os produtores do estrato III, por terem mais capital, acesso a tecnologia, animais melhorados geneticamente e melhor infraestrutura, conseguiram tornar a atividade leiteira mais rentável e usufruíram dos serviços da CAMIV mais intensamente.
- Depois da criação do Departamento de Café (DC), constatou-se que a evasão de produtores nos anos pesquisados acentuou-se. Dois motivos podem explicar esse fato: de um lado, na entressafra, a necessidade de compensar a queda no volume de leite produzido e, conseqüentemente, a diminuição na renda, faz os produtores de leite desviarem parte da produção para os agentes intermediários que atuam na região de Viçosa, a fim de receberem um preço mais compensador pelo leite e para ficarem isentos dos custos de transportes. No período de safra, são as precárias condições das estradas rurais que dificultam o acesso dos caminhões que recolhem leite às propriedades, notadamente no período de chuvas mais intensas

(dez a jan), fato este que parece fazer aumentar a taxa de evasão dos associados da CAMIV, principalmente nas linhas mais distantes da sede da Cooperativa. Dos serviços e atos os que mais prejudicam a evasão são os que mais prejudicam a evasão.

- A criação do DC não conseguiu diminuir o percentual de evasão de produtores de leite da CAMIV, uma vez que grande parte dos mesmos não comercializa café através da mesma.
- Apesar de se ter verificado que a criação do DC fez aumentar as receitas líquidas ou sobras líquidas nos quatro anos após a instalação do Departamento de Café, observa-se que as condições dos indicadores econômicos, financeiros e sociais não se alteraram para melhor depois do ano de 1989, quando o DC foi instalado, como esperavam os dirigentes da CAMIV. O quadro recessivo da economia brasileira durante grande parte dessa década pode ter sido um dos fatores que afetaram negativamente a Cooperativa, reduzindo os benefícios que o DC poderia trazer, principalmente no aspecto econômico-financeiro.
- Os indicadores econômicos, financeiros e político-sociais analisados demonstram que a CAMIV obteve melhor desempenho na década de 70, "vis à vis" os mesmos indicadores da década de 80 e início dos anos 90. O bom desempenho nos anos 70 é atribuído aos financiamentos de instituições e órgãos federais e estaduais de fomento ao cooperativismo.
- Os empréstimos recebidos foram destinados, na sua maioria, à formação da infra-estrutura e à compra de matérias-primas. O BNCC foi a principal instituição que repassou recursos a CAMIV, com um percentual de 69,8% do total dos empréstimos obtidos pela Cooperativa na década de 70.

- Apesar da falta de testes específicos, a análise dos resultados encontrados permite constatar que foram os grandes produtores aqueles que mais se beneficiaram dos serviços e são os que mais privilégios auferem nas suas transações com a CAMIV, como ficou evidenciado pela melhoria do valor patrimonial dos produtores de leite do estrato III. Assim, os maiores produtores são aqueles que comercializam maiores volumes de leite, compram mais insumos e mercadorias vendidas pela CAMIV aos associados. Porém, os pequenos e médios produtores, particularmente os situados nos municípios mais afastadas da sede da Cooperativa, têm pouco contato com a mesma e as suas transações se restringem à venda de leite e à compra de poucos insumos e mercadorias.

7.2 - Sugestões

Os resultados desta pesquisa permitem fazer algumas sugestões que poderão contribuir para o desenvolvimento da CAMIV, uma vez que são recomendações de fácil execução e praticamente de custo zero. As sugestões se resumem nos seguintes itens:

- Planejamento das compras da CAMIV, tanto de mercadorias quanto de insumos, de maneira a permitir uma maior rotação dos estoques e também oferecer aos associados tais produtos na quantidade certa e na hora certa.
- Dinamização do Departamento de Café (DC), principalmente buscando os associados produtores de leite que ainda não estão bem informados das funções do referido Departamento. Divulgação da existência do DC na região de Viçosa, pois esta

ainda não foi explorada no seu potencial de comercialização de café, potencial esse que está sendo aproveitado por agentes intermediários de outras cidades adjacentes. Órgãos como a EMATER e o Sindicato Rural de Viçosa, dentre outros, poderiam ajudar nessa divulgação.

- Atendimento mais intensivo aos pequenos produtores, tanto de leite quanto de café, que ocupam grande parte da área de ação da CAMIV, principalmente em termos de assistência técnica, agrônômica, veterinária e de educação cooperativista. Este atendimento deveria ser feito com maior intensidade nos meses que antecedem os períodos de entressafra e de safra, a fim de tentar diminuir o alto grau de evasão de produtores de leite nessas épocas.
- Implantação de filiais do setor de armazém CAMIV nas cidades da área de atuação da Cooperativa que tenham maior concentração de produtores associados (Canaã, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta), a fim de oferecer aos mesmos maior facilidade de acesso aos produtos e insumos agropecuários vendidos na sede.

8 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANUARIO ESTATISTICO DE MINAS GERAIS.- Belo Horizonte, 1990.

V. 50. Relatório de Viçosa - Minas Gerais. - Viçosa: UFV.

BONUS, H. La cooperativa como forma empresarial. - Munster: Institu Fur Genossens Chaftswesen Der Westfallischer Wilhelms University, 1987. 34p.

BURZTYN, M.O. O Poder dos donos - planejamento e clientelismo no Nordeste. 2 ed - Petrópolis: Vozes, 1985.

CARNEIRO, P.P. Cooperativismo ou o principio e a força existencial-social do trabalho. - Belo Horizonte: FUNDEC, 1981. 346p. (Ato Cooperativo, 2).

CASALI, A.S.D. Análise da estacionalidade da produção leiteira na Zona da Mata - MG. Ano agrícola 1977/78. - Viçosa: UFC, Impr. Univ., 1981. 73p. (Tese MS).

CIACOGUA, D.O. Cooperativismo agrário argentino. - Buenos Aires, Argentina: Intercoop, 1968. 231p. (Cadernos de Cultura Cooperativa).

CORADINI, O.L. Agricultura, cooperativas e multinacionais. - Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 153p.

EMBRAPA, Coronel Pacheco. Acompanhamento a fazendas produtoras de leite na Zona da Mata de Minas Gerais. - Coronel Pacheco: C.N.P.G.L., 1980. 26p. (Circular Técnica, 6).

FERREIRA, A. O sistema de produção de leite. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, 14(163):40, 1989.

FLEURY, M.T.L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil, São Paulo, Editora Global, 1983. 153p.

FONSECA, M.I. Estudo da adoção de tecnologia na pecuária de leite na área de ação da CAMIV - Cooperativa Agropecuária Mista de Viçosa - Minas Gerais.- Viçosa: UFV, Impr. Univ. 1992. 141p. (Tese de M.S.).

GAL, N. A Organização cooperativista e o desenvolvimento rural - Fortaleza: BNB, V 4. 1981 (Série Monografia)

GAVA, E. Análise da administração de cooperativas agrícolas e sua influência na formação de capital, Estado do Espírito Santo. Viçosa, UFV., Imprensa Universitária, 1972. 194 p (Tese M.S.)

GOMES, S.T. Sistema de produção da pecuária de leite em três microrregiões do Estado de Minas Gerais, 1976 - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 1976.

HOFFMANN, R. Administração da empresa agrícola, São Paulo, Editora Pioneira, 1987.

INPES/IPEA. Estudos sobre uma região agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais, São Paulo, Série: Monografia, no 11.

IUDICIDUS, S. de. et al. Contabilidade introdutória. 7a Ed., São Paulo: Atlas, 1986.

----- Análise de balanços. 5a Ed.- São Paulo: Atlas, 1988.

JENTZSCH, M.G.N. Eficiência econômica de cooperativas de laticínios em regiões selecionadas do Estado de Minas Gerais.- Viçosa: U.F.V., Impr. Univ., 1978. 78p. (Tese M.S.).

KAUSTSKY, K. A Questão agrária.- Porto: Portucalense, 1972.

- KLOES, L.S.Me. História de pioneiros do movimento cooperativista no Brasil. In: Perspectiva econômica, no 42, 1983. 152p. (Série Cooperativismo), 12).
- LEITE, P.S. Subdesenvolvimento e desenvolvimento rural do Nordeste.- Fortaleza: U.F.C., 1983. 231p.
- LIEBHARDT, M.E. O Sistema cooperativo agrícola brasileiro: comercialização, integração vertical e crédito.- Brasília: C.F.P., 1982.
- LIMA, S.G.C. de. Cooperativas de produção do Estado do Paraná: diagnóstico e análises.- Curitiba: CPEc/BRDE/OCEPAR/IPARDES. 1974. 353p.
- LOUREIRO, M.R. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.- São Paulo: Cortez, 1981. 155p.
- MAGALHAES, O.F. Cooperativas y crédito agrícola en el desarrollo de la comunidad.- Patzmaro, México: Centro de Educacion Fundamental para el Desarrollo de la Comunidad en America Latina, 1967. 123p.
- MANTEGA, G.A. A Economia política brasileira. 4a ed...- Petrópolis: Polis/Vozes, 1987.
- MENEZES, R.B. de. O Cooperativismo no Brasil.- Fortaleza: B.N.B., 1957.
- NASCIMENTO, G.I. de. Diagnóstico sócio-econômico da cooperativa de produção agropecuária de Luz Ltda (MG).- Viçosa: U.F.V., 1990. 89p.
- OLIVEIRA, F. O Roubo é livre.- Porto Alegre: Tchê Ltda, 1985.
- OLIVEIRA JUNIOR, C.C. de. A Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas.- Curitiba: OCEPAR, 1991. 80p. (Série Cooperativismo, 14).

- PINHO, D.B. O Cooperativismo no "Brasil desenvolvido e no Brasil subdesenvolvido".- São Paulo, 1965.
- PINHO, D.B. A Doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista. 2 ed.- São Paulo: Pioneira, 1966. 161 p.
- . A Empresa cooperativa: análise social, financeira e contábil.- São Paulo: COOPERCULTURA, 1986. 80p.
- REGO, J.J.M. Cooperativismo nacional: dimensões políticas e políticas econômicas.- Brasília: O.C.B., 1989. 102p.
- RIOS, G.S.L. Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social.- Piracicaba: ESALQ, 1976. 187p. (Tese M.S.).
- . O Que é cooperativismo.- São Paulo: Brasiliense S.A., 1987.
- SANTOS, H. de. A Análise econômica e financeira da empresa cooperativa. In: PINHO, D.B. A Empresa cooperativa: análise social, financeira e contábil.- São Paulo: COOPERCULTURA, 1986. 80p.
- SCHNEIDER, J.E. O Cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M.R. Org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.- São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.
- SECRETARIA DO ESTADO DA AGRICULTURA. Departamento de cooperativismo. Diagnóstico do cooperativismo em Minas Gerais.- Belo Horizonte: 1972. 65p.
- SILVA, O.A. da. Compêndio de contabilidade: aplicável às sociedades cooperativas.- Curitiba: OCEPAR/ASSOCEP, 1983.

SOUSA, A.F. de. Estacionalidade da produção de leite e alguns dados gerais das cooperativas associadas da cooperativa Central dos Produtores de Leite, Ltda - CCPL.-Rio de Janeiro, 1968. 85p. (Mimeografado).

----- . Aspectos econômicos da produção de leite em Minas Gerais.- Viçosa: U.F.V. 1970. 12p. (Série: Monografia).

STEVENSON, W.J. Estatística aplicada à administração.- São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981. 350p.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Pesquisa sobre organização de cooperativa do Brasil.- Fortaleza, 1981.

TEIXEIRA, R.I. Caracterização das formas de produção da pecuária bovina leiteira de Santos Dumont - MG.- Belo Horizonte: UFMG/Escola de Veterinária, 1989. 61p. (Tese M.S.).

VIEIRA, M.S.X. Custo de produção de leite ao nível de fazendas, em municípios da bacia leiteira da Guanabara.- Viçosa: U.F.V., Impr. Univ., 1969. 80 p. (Tese de M.S.).

Principais produtos comercializados pelos estabelecimentos de comércio varejista de alimentos, II

Produto

52,6 10 47,6

APENDICE

TABELA 26 - Principais produtos comercializados pelos associados da CAMIV (amostra dos estratos I, II e III): 1992.

Estrato	Produzem Leite e Café	%	Produzem só Leite	%
I	7	50	7	50
II	1	50	1	50
III	3	60	2	40
TOTAL	11	52,4	10	47,6

FONTE: Pesquisa direta.

TABELA 27 - Preço real litro de leite C (recebido pelos produtores) base dezembro de 1992.

Meses	1987	1989	1990	1991	1992	Média/Mês
Janeiro	-	2.652,24	2.836,69	1.957,79	1.919,69	2.476,68
Fevereiro	-	2.572,04	2.514,61	2.355,20	2.159,95	2.494,00
Março	-	3.533,33	2.860,89	2.206,23	2.339,97	2.533,77
Abril	-	2.486,86	2.622,87	2.124,61	2.340,07	2.468,40
Maio	602,39	2.515,30	2.405,93	2.066,23	2.529,61	2.626,28
Junho	3.788,01	2.504,46	2.129,57	2.224,95	2.462,39	2.637,60
Julho	4.001,36	2.408,09	1.976,51	2.198,65	2.201,84	2.571,78
Agosto	3.701,36	2.329,74	2.069,08	2.162,04	2.017,79	2.474,66
Setembro	3.332,77	2.191,44	1.999,91	1.958,65	1.916,63	2.316,94
Outubro	3.097,31	2.230,45	1.907,63	1.858,55	1.814,12	2.228,28
Novembro	2.974,67	2.243,70	2.008,89	2.060,85	1.709,48	2.271,52
Dezembro	2.661,70	2.054,66	1.980,54	2.021,22	-	2.269,94
Média/Ano	3.396,57	2.393,52	2.276,09	2.099,53	2.110,50	2.495,78

FONTE: EMATER-MG (NUPRA/NUPRA).

TABELA 20 - Valor da Receita Bruta (RB), Despesas Totais (DT) e Receita Líquida (RL) ou Sobras Líquidas (SL) da comercialização de leite e café pela CAMIV: 1986 a 1992.

Variáveis ² (em Cr\$ 1.000,)	Ano						
	1986 Leite	1987 Leite	1988 Leite	1989 Leite e	1990 Leite e	1991 Leite e	1992 Leite e
Receita Bruta (RB)	2.713.886	3.679.748	3.798.235	3.719.706	3.899.634	3.584.062	3.113.166
Despesas Totais (DT)	2.739.314	3.659.730	3.777.238	3.713.108	3.887.954	3.529.462	3.094.985
Sobras Líquidas (SL) ou Receita Líquida (RL)	(-) 25.428	20.018	20.997	6.598	11.680	54.600	18.181

FONTE: Balanços Anuais da CAMIV.

² A preços constantes de dezembro de 1992.

TABELA 29 - Distribuição do valor absoluto e relativo do faturamento bruto (receita bruta) por setores e departamento da CANIV: 1986 a 1992.

Faturamento Bruto (Receita Bruta) da CANIV ²							
Ano	Setores				Departamento		Faturamento Bruto Total ou Receita Bruta Total (RB)
	Armazém ¹	%	Leite	%	Café	%	
1986	3.092.998	53,3	2.713.886	46,7	-	-	5.806.884
1987	2.428.732	39,8	3.679.748	60,2	-	-	6.108.480
1988	1.541.477	28,9	3.798.235	71,1	-	-	5.339.712
Média	2.354.402	40,7	3.397.290	59,3	-	-	5.751.692
1989	1.658.770	30,8	3.667.029	68,2	52.677	1,0	5.378.476
1990	1.931.847	33,1	3.817.044	65,5	82.219	1,4	5.831.110
1991	1.580.282	30,6	3.419.319	66,2	164.743	3,2	5.164.344
1992	2.501.200	44,5	3.838.495	54,1	74.671	1,3	5.614.366
Média							
90 a 91	2.004.443	36,1	3.424.953	61,9	107.211	2,0	5.536.607

FONTE: Balanços Anuais da CANIV.

¹ Inclui, neste setor, receita bruta do posto de gasolina até 1987 e rendas de aluguel de 1986 a 1992.

² Em cruzeiros, valores constantes de dezembro de 1992.

